

“Análise, Estudo e Sistematização de Projetos Estratégicos no quadro de Revisão e Atualização da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial – Acompanhamento Global e Apoio a Projetos no Domínio da Competitividade e Inovação”.

Assistência Técnica 2021 - 2023 | Organismos Intermédios - Comunidades Intermunicipais e
Área Metropolitana do Porto - Nº NORTE-77-2021-041.

CPV 71621000-7 – Serviços Técnicos de Análise e Consultoria

CADERNO DE ENCARGOS

Consulta Prévia

Outubro 2021

Cláusula 1.ª – Objeto

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência de procedimento pré-contratual que tem por objeto principal “Análise, Estudo e Sistematização de Projetos Estratégicos no quadro de Revisão e Atualização da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial – Acompanhamento Global e Apoio a Projetos no Domínio da Competitividade e Inovação”.

2. A presente prestação de serviços de assistência técnica a desenvolver visa o acompanhamento global da preparação e do aprofundamento de especificação dos 26 (vinte e seis) Projetos Estratégicos identificados e cujas correspondentes fichas foram aprovadas pelo Conselho Intermunicipal em reunião havida a 15 de julho de 2021 (cfr. Anexo I) e, numa vertente mais aprofundada, o apoio técnico à formatação de um conjunto de projetos no domínio da Competitividade e Inovação.

3. A presente prestação de serviços desdobra-se nas seguintes prestações:

a) Acompanhamento global da preparação e do aprofundamento dos referidos Projetos Estratégicos.

- i. Atualização regular das fichas de projeto, de acordo com o template aprovado e tendo em conta os dados que a entidade adjudicante ou os promotores vierem a fornecer sobre os referidos projetos.
- ii. Avaliação sintética da evolução da preparação e do aprofundamento das especificações dos projetos.
- iii. Propostas de eventual revisão da lista de Projetos Estratégicos, tendo em conta a avaliação sobre a exequibilidade dos projetos previstos inicialmente e a pertinência da consideração de novos projetos.

b) Apoio técnico à formatação dos seguintes projetos no domínio da Competitividade e Inovação: Fábrica Modelo da Indústria do Vestuário; Centro de Valorização e Transferência de Tecnologia das Tecnologias Digitais e Gestão Industrial; Centro Tecnológico da Indústria do Mobiliário; Pólo Tecnológico de Penafiel; Áreas de Acolhimento Empresarial; Rede de Espaços de Acolhimento e *Coworking*; Centro de Valorização e Transferência de Tecnologia para o Agroalimentar e Incubadora Rural do Tâmega e Sousa; Quinta Ciência Viva dos Projetos e dos Socialcos; Centro de Alto Rendimento (Montanha e Rio); Escola de Hotelaria e Turismo do Tâmega e Sousa e Agência de Investimento.

- i. Transversalmente a estes projetos, acompanhamento dos mesmos, incluindo participação em reuniões com os promotores, sempre que solicitado pela entidade adjudicante.
- ii. Relativamente aos projetos Fábrica Modelo da Indústria do Vestuário, Centro de

Valorização e Transferência de Tecnologia das Tecnologias Digitais e Gestão Industrial, Centro Tecnológico da Indústria do Mobiliário, Pólo Tecnológico de Penafiel, Centro de Valorização e Transferência de Tecnologia para o Agroalimentar e Incubadora Rural do Tâmega e Sousa, Quinta Ciência Viva dos Projetos e dos Socalcos e Centro de Alto Rendimento (Montanha e Rio): apoio à definição do universo de copromotores (quando aplicável), do modelo organizacional e a orçamentação detalhada do investimento (neste último caso, desde que solicitado e com base na informação fornecida pelos promotores e o plano de financiamento, com identificação das possíveis fontes de financiamento).

- iii. Relativamente aos projetos Áreas de Acolhimento Empresarial e Rede de Espaços de Acolhimento e Coworking: definição de um modelo tipo de configuração desejável para as referidas redes (dimensões, características e funcionalidades e organizacional), bem como um mapeamento da realidade existente e de oportunidades de novos pólos.
- iv. Relativamente ao projeto Escola de Hotelaria e Turismo do Tâmega e Sousa, apoio às interações a realizar com o Turismo de Portugal, no sentido de esclarecer a viabilidade do projeto. Num cenário de viabilização do projeto por parte do Turismo de Portugal, esta última entidade deverá conduzir a preparação e implementação do projeto.
- v. Relativamente ao Projeto Agência de Investimentos, acompanhamento permanente da sua implementação por parte da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, incluindo as tarefas enunciadas em b), ii), bem como a definição de um plano de ação para os dois primeiros anos de atividade.

c) Outputs:

- i. Relatório Metodológico e Primeiro Relatório de Progresso.
- ii. Quatro Relatórios de Progresso (Quadrimestrais).
- iii. Relatório Final.

4. As prestações a que se refere o número anterior não incluem a realização de um EVEF / Análise Custo Benefício por projeto, assim como a instrução de eventual candidatura a apoios.

5. O número de projetos identificados no Anexo I do presente caderno de encargos poderá ser alterado para menos ou para mais fixando-se um número máximo de 30 (trinta). As eventuais variações não terão efeitos jurídico-financeiros no preço contratualizado.

6. A presente prestação de serviços cumprirá com as especificações técnicas constantes no presente Caderno de Encargos e demais documentos contratuais.

Cláusula 2.ª – Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelo concorrente, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do Contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros.

Cláusula 3.ª – Local da prestação de serviços

Os serviços serão prestados nas instalações da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, devendo a interação entre a entidade adjudicante e a adjudicatária ocorrer, prioritariamente, por meios telemáticos/eletrónicos, designadamente, videoconferência e correio eletrónico.

Cláusula 4.ª – Obrigações do prestador de serviços

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorre para o adjudicatário a obrigação da prestação de serviços da execução do contrato com a qualidade expectável.
2. A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
3. As reuniões a que se refere a cláusula 1.ª, n.º 3 e correspondentes subalíneas, deverão ser

efetuadas, preferencialmente, em regime presencial ou, caso as condições sanitárias relacionadas com a COVID-19 assim o aconselhem, através de meios telemáticos, com o recurso à plataforma em uso pela entidade adjudicante.

4. De todas as reuniões realizadas deverá ser elaborado pelo adjudicatário um memorando, com a síntese dos temas abordados e resoluções tomadas.

Cláusula 5.ª – Entregáveis

O prestador de serviços deverá proceder à entrega dos seguintes entregáveis:

- a) Relatório Metodológico e Primeiro Relatório de Progresso, até 60 (sessenta) dias após a assinatura do contrato;
- b) O Segundo, Terceiro, Quarto e Quinto Relatórios de Progresso, com periodicidade quadrimestral a contar da entrega do relatório anterior;
- c) Relatório Final, até 120 (cento e vinte) dias após a entrega do Quinto Relatório de Progresso.

Cláusula 6.ª – Equipa Afeta à Execução do Projeto

1. O adjudicatário, na fase de entrega dos documentos de habilitação, deverá apresentar equipa técnica que, deverá ter um número mínimo de 2 (dois) elementos, a qual deverá ter experiência profissional mínima comprovada na área de fundos comunitários de 10 (dez) anos e a independência necessária, devendo apresentar uma declaração de conflitos de interesses, devendo para o efeito tomar como modelo a declaração constante do Anexo XIII do CCP.
2. A experiência profissional a que se refere o número anterior é feita através da entrega de *Curriculum Vitae* (resumido), datado e assinado, onde a mesma fique evidenciada, servindo este documento de presunção bastante para o efeito, ficando o seu advertido para a eventualidade de ocorrer em crime de falsas declarações caso essa circunstância se venha a verificar.

Cláusula 7.ª – Obrigações da entidade adjudicante

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e nos documentos contratuais, a CIM do Tâmega e Sousa obriga-se a colaborar de boa-fé na execução do contrato, fornecendo ao adjudicatário as informações e esclarecimentos que, de acordo com as melhores técnicas, práticas e normas da indústria, exigíveis a profissionais experimentados e qualificados, aquele lhe solicite.

Cláusula 8.ª – Revisão de preço e adiantamentos

Não há direito a revisão de preços e não haverá lugar a adiantamentos nem a prémios por cumprimento antecipado.

Cláusula 9.ª – Proteção de dados

Na realização de quaisquer trabalhos no âmbito do contrato, o adjudicatário obriga-se a cumprir todas as normas constantes do Regulamento Geral de Proteção de Dados (cf. REGULAMENTO (UE) 2016/679 DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO de 27 de abril de 2016).

Cláusula 10.ª – Duração do contrato

1. O contrato tem início após a assinatura do contrato e é válido por 660 (seiscentos e sessenta) dias.
2. Os prazos previstos nos números anteriores podem ser prorrogados por iniciativa da entidade adjudicante, desde que devidamente fundamentado e com o acordo da entidade adjudicante.
3. Sem prejuízo das normas legais imperativas relativas ao reequilíbrio financeiro, findo o prazo referido no n.º 1, e caso não tenha sido atingido o valor contratual previsto, extingue-se o contrato sem que assista ao prestador de serviços o direito a qualquer indemnização pelo valor das prestações não executadas.

Cláusula 11.ª – Preço

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a CIM do Tâmega e Sousa deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, que não poderá ser superior ao preço máximo fixado no presente caderno de encargos.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade adjudicante, incluindo, nomeadamente as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
3. O montante máximo que esta entidade se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato, nos termos do disposto no artigo 47.º, n.º 1, do Código dos Contratos Públicos, é de 60.000,00€ (sessenta mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

4. O preço será pago em duas prestações, nos seguintes moldes:
 - 4.1 20% com a entrega do Relatório a que se refere a cláusula 5.ª, alínea a) do presente caderno de encargos.
 - 4.2 15% do preço com a entrega e prestação respeitante a cada um dos 4 (quatro) Relatórios de Progresso a que se refere a cláusula 5.ª, alínea b), todas do presente Caderno de Encargos.
 - 4.3 20% com a entrega do Relatório Final, nos termos da cláusula 5.ª, alínea c).

Cláusula 12.ª – Condições de pagamento

1. As quantias devidas pela entidade adjudicante devem ser pagas no prazo de 30 (trinta) dias após a receção, pela CIM do Tâmega e Sousa, sita na Avenida José Júlio, 42, 4560-547 Penafiel, da respetiva fatura.
2. A fatura deverá ser emitida em nome da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, com referência expressa ao número do compromisso, nos termos e de acordo com as cominações da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso.
3. Desde que devidamente emitida e observado o disposto no n.º 3, a fatura será paga, através de transferência bancária, para número de identificação bancária e instituição de crédito indicada pelo prestador de serviços.
4. Em caso de discordância por parte da CIM do Tâmega e Sousa, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
5. Os pagamentos serão efetuados no prazo de trinta dias após a apresentação das respetivas faturas e validadas pelo Gestor do Contrato, devendo naquelas ser aposto o número de compromisso.

Cláusula 13.ª – Modificação objetiva

1. Sem prejuízo do disposto nos artigos 312.º e 313.º, ambos do Código dos Contratos Públicos (CCP), o contrato poderá ser modificado, desde que sejam cumpridos os seguintes requisitos cumulativos:
 - a) Por acordo entre as partes, que não pode revestir forma menos solene do que a do contrato;
 - b) Não poderá resultar num aumento do preço contratual;
 - c) Os aspetos relacionados com a modificação do contrato não poderão estar submetidos pelo

caderno de encargos à concorrência de mercado.

2. No caso dos contratos não sujeitos a forma escrita, salvo previsão expressa no programa de procedimento e nas situações previstas no artigo 95.º, n.º 1, do CCP, constituirá forma bastante a junção ao processo administrativo de documento comprovativo da aceitação da modificação por parte do cocontratante e o despacho de aprovação por parte da entidade adjudicante.
3. Encontram-se na previsão da alínea c) do n.º 1, os contratos plurianuais que, por motivo fundamentado, não possam ser objetivamente executados no período inicialmente previsto.

Cláusula 14.ª – Dever de sigilo

1. O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à CIM do Tâmega e Sousa, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever do sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que sejam comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviço ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 15.ª – Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa pode exigir do fornecedor o pagamento de uma multa pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos termos da legislação em vigor.
2. Na determinação da gravidade do incumprimento, a Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.
3. Se o valor acumulado das penalidades previstas na presente cláusula for igual ou superior 20% (vinte por cento) do preço contratual, a Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa poderá resolver o Contrato.
4. As penalidades serão aplicadas mediante notificação ao Adjudicatário.
5. A aplicação de penalidades está sujeita a audiência prévia do Adjudicatário.
6. A aplicação de penalidades não tem a natureza de cláusula penal, não prejudicando o direito da

Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa de ser ressarcido nos termos gerais de Direito pelos prejuízos causados pelo incumprimento das obrigações do Adjudicatário.

Cláusula 16.ª – Foro competente

Estabelece-se que o Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel é o foro competente para a resolução de todos os litígios decorrentes do contrato.

Cláusula 17.ª – Legislação aplicável

O contrato é regulado pelo disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua versão atual.

Anexo I – Identificação dos Projetos e suas Fichas de Caracterização

Projeto	Articulação com EIDT	Localização	Promotor
Fábrica Modelo da Indústria do Vestuário	EP1 – Aprofundamento da qualificação e da competitividade dos clusters industriais OE1.1 – Promover a I&D+I nas empresas OE1.2 – Reforçar o Sistema Sub-regional de Inovação, em articulação com o Sistema Regional de Inovação do Norte EP5 – Sistema educativo e de formação OE5.1 – Promover generalizadamente a melhoria de qualificações da população jovem do TeS capacitando-a para a empregabilidade no contexto de valorização do seu sistema produtivo OE5.2 – Melhorar a qualificação de ativos em estreita articulação com a organização de processos de identificação de necessidades empresariais de inovação e formação	Lousada	Associação a criar, envolvendo Associações Empresariais, entidades do SCTN e do sistema de educação e formação
Centro de Valorização e Transferência de Tecnologia das Tecnologias Digitais e Gestão Industrial	EP1 – Aprofundamento da qualificação e da competitividade dos clusters industriais OE1.1 – Promover a I&D+I nas empresas OE1.2 – Reforçar o Sistema Sub-regional de Inovação, em articulação com o Sistema Regional de Inovação do Norte	Felgueiras	ESTGF / IPP Eventualmente, outras entidades.
Centro Tecnológico da Indústria do Mobiliário	EP1 – Aprofundamento da qualificação e da competitividade dos clusters industriais OE1.1 – Promover a I&D+I nas empresas OE1.2 – Reforçar o Sistema Sub-regional de Inovação, em articulação com o Sistema Regional de Inovação do Norte	Paços de Ferreira	Associação a criar, envolvendo Associações Empresariais, entidades do SCTN
Amarante Tech Campus	EP1 – Aprofundamento da qualificação e da competitividade dos clusters industriais OE1.1 – Promover a I&D+I nas empresas OE1.3 – Promover o empreendedorismo e alargar a base territorial da competitividade OE1.4 – Atrair investimento externo	Amarante	Município de Amarante
Polo Tecnológico de Penafiel	EP1 – Aprofundamento da qualificação e da competitividade dos clusters industriais OE1.1 – Promover a I&D+I nas empresas OE1.2 – Reforçar o Sistema Sub-regional de Inovação, em articulação com o Sistema Regional de Inovação do Norte OE1.4 – Atrair investimento externo OE1.5 – Oferta de Solo Industrial	Penafiel	Município de Penafiel
Áreas de Acolhimento Empresarial	EP1 – Aprofundamento da qualificação e da competitividade dos clusters industriais OE1.5 – Oferta de Solo Industrial	Municípios	Municípios
Rede de Espaços de Acolhimento e Coworking	EP1 – Aprofundamento da qualificação e da competitividade dos clusters industriais OE1.3 – Promover o empreendedorismo e alargar a base territorial da competitividade EP6 – Políticas ativas de emprego e coesão social OE6.2 – Promover a empregabilidade e a transição para a vida ativa de jovens	Municípios	CIM do Tâmega e Sousa Municípios
Centro de Valorização e Transferência de Tecnologia para o Agroalimentar e Incubadora Rural do Tâmega e Sousa	EP2 – Valorização das atividades económicas baseadas em ativos do território OE2.3 – Otimizar os recursos de explorações agrícolas e pecuárias OE2.4 – Promover o empreendedorismo e a inovação nas fileiras agroindustriais OE2.5 – Promover a distribuição e comercialização de produtos alimentares diferenciados	Baião e Resende	Município de Baião, Associação a criar envolvendo entidades do SCTN, associações de produtores, etc.

Quinta Ciência Viva dos Projetos e dos Socalcos	EP2 – Valorização das atividades económicas baseadas em ativos do território OE2.1 – Aprofundar a organização e qualificação da oferta turística Objetivo Específico 2.4 – Promover o empreendedorismo e a inovação nas fileiras agroindustriais EP5 – Sistema educativo e de formação OE5.1 – Promover generalizadamente a melhoria de qualificações da população jovem do TeS capacitando-a para a empregabilidade no contexto de valorização do seu sistema produtivo	Cinfães	Município de Cinfães Ciência Viva - ANCCT
Ecovia Douro Verde	EP2 – Valorização das atividades económicas baseadas em ativos do território OE2.1 – Aprofundar a organização e qualificação da oferta turística EP3 - Defender a qualidade ambiental no TeS - serviços ambientais e património OE3.3 – Fomentar a valorização e preservação do património cultural, natural e paisagístico da região	Marco de Canaveses, Baião, Resende, Cinfães, Castelo de Paiva	Municípios de Marco de Canaveses, Baião, Resende, Cinfães, Castelo de Paiva IE Portugal
Centro de Alto Rendimento (Montanha e Rio)	EP2 – Valorização das atividades económicas baseadas em ativos do território OE2.1 – Aprofundar a organização e qualificação da oferta turística	Cinfães Marco de Canaveses	Municípios de Cinfães e Marco de Canaveses
Requalificação da Casa dos Arcos – Centro Interpretativo do Vinho Verde	EP2 – Valorização das atividades económicas baseadas em ativos do território OE2.1 – Aprofundar a organização e qualificação da oferta turística OE2.5 – Promover a distribuição e comercialização de produtos alimentares diferenciados	Marco de Canaveses	Município de Marco de Canaveses
Dinamização da Rota dos Vinhos Verdes	EP2 – Valorização das atividades económicas baseadas em ativos do território OE2.1 – Aprofundar a organização e qualificação da oferta turística OE2.5 – Promover a distribuição e comercialização de produtos alimentares diferenciados EP3 - Defender a qualidade ambiental no TeS - serviços ambientais e património OE3.3 – Fomentar a valorização e preservação do património cultural, natural e paisagístico da região	Vários Municípios	CVRVV ERTPN CIM Municípios
Aldeias do Tâmega e Sousa	EP2 – Valorização das atividades económicas baseadas em ativos do território OE2.1 – Aprofundar a organização e qualificação da oferta turística OE2.4 – Promover o empreendedorismo e a inovação nas fileiras agroindustriais EP3 - Defender a qualidade ambiental no TeS - serviços ambientais e património OE3.3 – Fomentar a valorização e preservação do património cultural, natural e paisagístico da região	Vários Municípios	CIM, ADLs, Municípios
Valorização dos Rios do Tâmega e Sousa	EP2 – Valorização das atividades económicas baseadas em ativos do território OE2.1 – Aprofundar a organização e qualificação da oferta turística EP3 - Defender a qualidade ambiental no TeS - serviços ambientais e património OE3.3 – Fomentar a valorização e preservação do património cultural, natural e paisagístico da região	Vários Municípios	CIM Tâmega e Sousa Municípios

Promoção das Artes e Ofícios Tradicionais	EP2 – Valorização das atividades económicas baseadas em ativos do território OE2.1 – Aprofundar a organização e qualificação da oferta turística OE2.4 – Promover o empreendedorismo e a inovação nas fileiras agroindustriais OE2.5 – Promover a distribuição e comercialização de produtos alimentares diferenciados EP3 - Defender a qualidade ambiental no TeS - serviços ambientais e património OE3.3 – Fomentar a valorização e preservação do património cultural, natural e paisagístico da região	Vários Municípios	CIM, ADLs, Municípios
Promoção Turística do Tâmega e Sousa	EP2 – Valorização das atividades económicas baseadas em ativos do território OE2.2 – Promoção turística do Tâmega e Sousa, em articulação com os níveis regional e nacional EP9 – Capacitação e governação intermunicipal OE9.1 – Capacitar a CIM e melhorar a integração e gestão partilhada de serviços entre municípios e CIM	CIM	CIM Tâmega e Sousa
Valorização dos Territórios Agroflorestais no Tâmega e Sousa	EP2 – Valorização das atividades económicas baseadas em ativos do território OE2.4 – Promover o empreendedorismo e a inovação nas fileiras agroindustriais EP 3 - Defender a qualidade ambiental no TeS - serviços ambientais e património OE 3.3 – Fomentar a valorização e preservação do património cultural, natural e paisagístico da região EP 4 – Plano de Adaptação às Alterações Climáticas OE 4.2 – Promover a adaptação às alterações climáticas, mitigar os riscos e preservar os recursos naturais OE 4.3 – Mobilizar a produção de conhecimento em domínios que o Plano de Adaptação às Alterações Climáticas tenha revelado como prioritários	Municípios	Comunidade Intermunicipal - CIM do Tâmega e Sousa Municípios do Tâmega e Sousa Associações de Produtores Florestais e Agrícolas Associações de Desenvolvimento Local Privados.
Fábrica das Artes	EP3 - Defender a qualidade ambiental no TeS - serviços ambientais e património OE3.3 – Fomentar a valorização e preservação do património cultural, natural e paisagístico da região EP5 – Sistema educativo e de formação OE5.1 – Promover generalizadamente a melhoria de qualificações da população jovem do TeS capacitando-a para a empregabilidade no contexto de valorização do seu sistema produtivo	Amarante	Município de Amarante
Formação Avançada e Executiva	EP5 – Sistema educativo e de formação OE5.1 – Promover generalizadamente a melhoria de qualificações da população jovem do TeS capacitando-a para a empregabilidade no contexto de valorização do seu sistema produtivo OE5.2 – Melhorar a qualificação de ativos em estreita articulação com a organização de processos de identificação de necessidades empresariais de inovação e formação	Vários Municípios	ESTGF, Porto Executive Academy (IPP)
Academia Profissional de Paços de Ferreira	EP5 – Sistema educativo e de formação OE5.1 – Promover generalizadamente a melhoria de qualificações da população jovem do TeS capacitando-a para a empregabilidade no contexto de valorização do seu sistema produtivo OE5.2 – Melhorar a qualificação de ativos em estreita articulação com a organização de processos de identificação de necessidades empresariais de inovação e formação	Paços de Ferreira	Município de Paços de Ferreira

Centro de Recursos para a Formação e Qualificação na Construção Civil	EP5 – Sistema educativo e de formação OE5.1 – Promover generalizadamente a melhoria de qualificações da população jovem do TeS capacitando-a para a empregabilidade no contexto de valorização do seu sistema produtivo OE5.2 – Melhorar a qualificação de ativos em estreita articulação com a organização de processos de identificação de necessidades empresariais de inovação e formação	Cinfães	Município de Cinfães Outros
Academia Profissional e Empresarial do Marco de Canaveses	EP5 – Sistema educativo e de formação OE5.1 – Promover generalizadamente a melhoria de qualificações da população jovem do TeS capacitando-a para a empregabilidade no contexto de valorização do seu sistema produtivo OE5.2 – Melhorar a qualificação de ativos em estreita articulação com a organização de processos de identificação de necessidades empresariais de inovação e formação	Marco de Canaveses	Município de Marco de Canaveses Outros
Escola de Hotelaria e Turismo do Tâmega e Sousa	EP5 – Sistema educativo e de formação OE5.1 – Promover generalizadamente a melhoria de qualificações da população jovem do TeS capacitando-a para a empregabilidade no contexto de valorização do seu sistema produtivo OE5.2 – Melhorar a qualificação de ativos em estreita articulação com a organização de processos de identificação de necessidades empresariais de inovação e formação	Marco de Canaveses	Turismo de Portugal Município de Marco de Canaveses
Agência de Investimento	EP1 – Aprofundamento da qualificação e da competitividade dos clusters industriais OE1.4 – Atrair investimento externo EP9 – Capacitação e governação intermunicipal OE9.2 – Promover a atração de investimento estruturante ao território do TeS	CIM	CIM Tâmega e Sousa
Plano de Marketing Territorial	EP9 – Capacitação e governação intermunicipal OE9.3 – Promover a comunicação e marketing territorial do TeS segunda uma lógica de afirmação diferenciada dos traços identitários e de complementaridade.	CIM	CIM Tâmega e Sousa

Designação do Projeto Fábrica Modelo da Indústria do Vestuário
Promotor Associação a criar, envolvendo Associações Empresariais e entidades do SCTN.
Objetivos - Promover a inovação, a indústria 4.0 e a economia circular na indústria do vestuário. - Demonstração de novas soluções tecnológicas, com o envolvimento permanente dos fornecedores de soluções e equipamentos. - Formação de novos profissionais (complementos de formação a jovens licenciados) e requalificação dos ativos em contexto de simulação de inovação tecnológica e de equipamentos.
Descrição e Ações Descrição: Criação de uma Fábrica Modelo para a Indústria do Vestuário, a sediar em Lousada, funcionando com centro de demonstração das tecnologias e equipamentos para toda a cadeia de valor da indústria do vestuário, com destaque para as tecnologias digitais e para as tecnologias que promovem a economia circular. Complementarmente a esta atividade de demonstração, serão associadas atividades de formação. A componente de formação profissional terá duas dimensões: a de complementos de formação para jovens licenciados visando a criação de melhores condições de inserção nas empresas e a formação contínua de ativos, sendo a marca diferenciadora da formação assumida pela formação em contexto de inovação tecnológica ditada pela Fábrica Modelo e pela possibilidade de atualização permanente de equipamentos de suporte que os protocolos com fornecedores de equipamentos irão proporcionar. Ações: - Definição do modelo institucional. - Edifício (adaptação ou construção de raiz), equipamentos iniciais e outras “facilities” tecnológicas da Fábrica Modelo. - Conceção e implementação de modelo de formação.
Recursos de conhecimento, técnicos e humanos a mobilizar - Equipa residente (recrutamento do Diretor da Fábrica Modelo e de um quadro superior responsável pela componente de formação profissional). - Entidades do SCTN com competências relevantes para o projeto. - Protocolos de cooperação com fornecedores de equipamentos e serviços. - Protocolos de cooperação com entidades associadas à formação (nomeadamente IEFEP).
Articulação com a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial do Tâmega e Sousa EP1 – Aprofundamento da qualificação e da competitividade dos clusters industriais OE1.1 – Promover a I&D+I nas empresas OE1.2 – Reforçar o Sistema Sub-regional de Inovação, em articulação com o Sistema Regional de Inovação do Norte EP5 – Sistema educativo e de formação OE5.1 – Promover generalizadamente a melhoria de qualificações da população jovem do TeS capacitando-a para a empregabilidade no contexto de valorização do seu sistema produtivo OE5.2 – Melhorar a qualificação de ativos em estreita articulação com a organização de processos de identificação de necessidades empresariais de inovação e formação.
Orçamento Estimado - Investimento - Estudo preliminar e definição do modelo: 20.000 €. - Fábrica Modelo, edifício, equipamentos e “facilities” tecnológicas: 5.000.000 €. - Plano de formação: 20.000 €. Orçamento Estimado - Funcionamento - nd
Fontes de Financiamento PO Regional do Norte
Calendarização - Definição do modelo institucional: 2022. - Edifício (adaptação ou construção de raiz), equipamentos e “facilities” tecnológicas: 2022-2023. - Plano de formação: 2023.

Outros Comentários

O promotor do projeto será uma Associação a criar, com o envolvimento de todos os stakeholders relevantes na Indústria do Vestuário, identificando-se desde já a ANIVÉC - Associação Nacional das Indústrias de Vestuário e Confeção, o CITEVE - Centro Tecnológico Têxtil e Vestuário, a Universidade do Minho e o INESC TEC. Para a componente da formação, deve associar-se o IEFEP e o Modatex.

Designação do Projeto Centro de Valorização e Transferência de Tecnologia das Tecnologias Digitais e Gestão Industrial
Promotor Escola Superior de Tecnologia e Gestão (Felgueiras), Politécnico do Porto. Eventualmente, ponderar a associação de outras entidades.
Objetivos Promover a I&D colaborativa, a transferência de conhecimento e a inovação nos clusters industriais do Tâmega e Sousa
Descrição e Ações Descrição: Criação de uma unidade de interface do tipo CVTT, com um focus análogo ao do CIICESI e, em particular, nas tecnologias digitais (Inteligência Artificial, Sistemas de Apoio à Decisão, etc.) aplicadas à Gestão, com relevo para a Gestão Industrial, e tendo como principais setores de aplicação as indústrias do vestuário, do calçado e do mobiliário. Ações: - Construção de instalações no campus da ESTG Politécnico do Porto - Apetrechamento técnico - Parcerias com organizações do setor empresarial, nomeadamente AEs, e com outros Centros de I&D - Definição do Plano de I&D e de transferência de tecnologia - Definição do Plano de Formação Avançada
Recursos de conhecimento, técnicos e humanos a mobilizar - CIICESI (Centro de Inovação e Investigação em Ciências Empresariais e Sistemas de Informação), ESTG (Escola Superior de Tecnologia e Gestão), Politécnico do Porto. - Eventualmente outros.
Articulação com a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial do Tâmega e Sousa EP1 – Aprofundamento da qualificação e da competitividade dos clusters industriais OE1.1 – Promover a I&D+I nas empresas OE1.2 – Reforçar o Sistema Sub-regional de Inovação, em articulação com o Sistema Regional de Inovação do Norte
Orçamento Estimado - Investimento - Construção de instalações e apetrechamento técnico: nd Orçamento Estimado - Funcionamento - nd
Fontes de Financiamento PO Regional do Norte
Calendarização - Construção de instalações e apetrechamento técnico: 2022-2023 - Parcerias com organizações do setor empresarial, nomeadamente AEs, e com outros Centros de I&D: 2022-2023 - Definição do Plano de I&D e de transferência de tecnologia: 2022-2023 - Definição do Plano de Formação Avançada: 2022-2023

Outros Comentários

No quadro da ESTG (Escola Superior de Tecnologia e Gestão, Felgueiras) existe o CIICESI (Centro de Inovação e Investigação em Ciências Empresariais e Sistemas de Informação), uma unidade funcional de inovação e investigação, prestação de serviços à comunidade e divulgação do saber nas áreas das Ciências Empresariais e Sistemas de Informação, e reconhecido, desde 2019, pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT).

O projeto proposto corresponde à criação de uma unidade de interface do tipo CVTT, com um focus análogo ao do CIICESI e, em particular, nas tecnologias digitais aplicadas à Economia 4.0 (virtualização e simulação; integração horizontal e vertical de sistemas; IoT – Internet of Things; Big Data e análise; Computação na Cloud) e tendo como principais setores de aplicação as indústrias do vestuário, do calçado e do mobiliário.

Deverá ser equacionada a diferenciação / complementaridade deste projeto com outras unidades de interface já existentes e consolidadas na Região Norte em domínios tecnológicos idênticos ou afins.

Deverá ser equacionado um relacionamento privilegiado com as Associações Empresariais dos setores alvo.

Designação do Projeto Centro Tecnológico da Indústria do Mobiliário
Promotor Associação a criar, envolvendo os principais stakeholders do setor.
Objetivos ▪ Criação do Centro Tecnológico setorial, focado na indústria do mobiliário e restantes atividades da fileira (madeira, decoração). ▪ Promover a transferência tecnológica e a inovação nas empresas da fileira do mobiliário, através da prestação de serviços avançados nas áreas da certificação, da qualidade, do apoio a atividades de inovação produto e processo e da formação de recursos humanos. ▪ Complementaridade com o projeto da Academia Profissional (Paços de Ferreira).
Descrição e Ações Descrição: Criação do Centro Tecnológico da Indústria do Mobiliário, a ser reconhecido oficialmente como CIT – Centro de Interface, vocacionado para a prestação de serviços tecnológicos e transferência de tecnologia para o setor. Dada a sua relevância económica, a indústria do mobiliário e respetiva fileira justifica a criação de um Centro Tecnológico. A localização proposta, no edifício onde será instalada a Academia Profissional de Paços de Ferreira (ampliação da atual Escola Profissional), potencia ganhos de escala e sinergias entre as duas organizações. Os stakeholders a envolver na criação da Associação devem incluir as Associações Empresariais representativas do setor, empresas, entidades do SCTN e, eventualmente, Municípios. Ações: ▪ Estudo preliminar ▪ Constituição da Associação promotora do Centro Tecnológico ▪ Adaptação das instalações ▪ Equipamentos e mobiliário ▪ Conceção e implementação do sistema de informação ▪ Conceção e implementação do sistema de testes e certificação ▪ Estudo de vigilância tecnológica ▪ Estudo de Business Intelligence para a inovação e a internacionalização ▪ Estudo de avaliação de necessidades de formação e conceção de um plano de formação associado ▪ Plano de comunicação
Recursos de conhecimento, técnicos e humanos a mobilizar ▪ Município de Paços de Ferreira ▪ Entidades do SCTN ▪ Consultoria especializada ▪ Serviços especializados
Articulação com a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial do Tâmega e Sousa EP1 – Aprofundamento da qualificação e da competitividade dos clusters industriais OE1.1 – Promover a I&D+I nas empresas OE1.2 – Reforçar o Sistema Sub-regional de Inovação, em articulação com o Sistema Regional de Inovação do Norte.
Orçamento Estimado - Investimento ▪ Estudo preliminar e constituição da Associação promotora do Centro Tecnológico: 18.000 €. ▪ Adaptação das instalações: 300.000 €. ▪ Equipamentos e mobiliário: 2.500.000 €. ▪ Conceção e implementação do Sistema de informação: 25.000 €. ▪ Conceção e implementação do sistema de testes e certificação: 50.000 €. ▪ Estudo de vigilância tecnológica: Considerado no projeto Academia Profissional de Paços de Ferreira. ▪ Estudo de Business Intelligence para a inovação e a internacionalização: Considerado no projeto Academia Profissional de Paços de Ferreira. ▪ Estudo de avaliação de necessidades de formação e conceção de um plano de formação associado: Considerado no projeto Academia Profissional de Paços de Ferreira. ▪ Plano de Comunicação: 70.000 €. Orçamento Estimado - Funcionamento ▪ nd
Fontes de Financiamento ▪ PO Regional do Norte
Calendarização ▪ Estudo preliminar e constituição da Associação promotora do Centro Tecnológico: 2021-2022. ▪ Adaptação das instalações: 2022. ▪ Equipamentos e mobiliário: 2022-2023. ▪ Conceção e implementação do sistema de informação, do sistema de testes e certificação, realização dos estudos iniciais de vigilância tecnológica, de Business Intelligence, elaboração do plano de formação e do plano de comunicação: 2022-2023.

Outros Comentários

Os Centros Tecnológicos setoriais estão atualmente classificados como Centros de Interface (CIT). Os CIT constituem-se como entidades fundamentais do sistema nacional de inovação e agentes de valorização do conhecimento científico e tecnológico.

Nos termos da proposta da ANI (entidade responsável pelo processo de reconhecimento de Centros de Interface, o Despacho n.º 8563/2019, de 27 de setembro, reconheceu como Centros de Interface 31 entidades: AEMITEQ, AIBILI, CATIM, CCG/ZGDV, CEIIA, CENTIMFE, CeNTitvc, CITEVE, COTHN, COTR, CTCOR, CTCV, CTCV, CTIC, CVR, IBET, INEGI, INESC TEC, INL, INOV INESC Inovação, IPN, ISQ, IT, ITeCons, PIEP, RAIZ, UNINOVA, WavEC Offshore Renewables, IEP, INESC-MN e BLC3.

Dada a sua relevância económica, a indústria do mobiliário e respetiva fileira justifica a criação de um Centro Tecnológico. A localização proposta, no edifício onde será instalada a Academia Profissional de Paços de Ferreira (ampliação da atual Escola Profissional), potencia ganhos de escala e sinergias entre as duas organizações.

A área afeta ao Centro Tecnológica deverá rondar os 800 a 1.000 m² e deverão ser preservadas possibilidades de expansão.

Os stakeholders a envolver na criação da Associação devem incluir as Associações Empresariais representativas do setor, empresas, entidades do SCTN e, eventualmente, Municípios.

Designação do Projeto Amarante Tech Campus

Promotor
Município de Amarante

Objetivos

- Promover a atração e desenvolvimento de talento.
- Promover a transferência de conhecimento e tecnologia entre o sistema científico e tecnológico e as empresas.
- Criar condições de fixação e de atratividade para *startups* e empresas de base tecnológica.

Descrição e Ações

Descrição:

O Amarante Tech Campus é o projeto âncora da estratégia económica definida pelo Município de Amarante, assumindo-se como uma estrutura multifunções que permitirá alavancar a atratividade e a competitividade do concelho e sub-região dentro da área da indústria do futuro e dentro do setor tecnológico.

Ações:

- Criação de um campus universitário partilhado por várias instituições de ensino superior.
- Criação de um laboratório colaborativo partilhado por várias instituições do sistema científico e tecnológico.
- Criação de campus para a instalação de *startups* e *corporates* de base tecnológica.
- Desenvolvimento de projetos mobilizadores dos clusters industriais numa lógica de investigação e desenvolvimento e de transferência de tecnologia entre o sistema científico e tecnológico e as empresas.

Recursos de conhecimento, técnicos e humanos a mobilizar

- Parcerias com Instituições de Ensino Superior e outras entidades do Sistema Científico e Tecnológico.
- Equipa de gestão executiva do projeto.

Articulação com a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial do Tâmega e Sousa

EP1 – Aprofundamento da qualificação e da competitividade dos clusters industriais

OE1.1 – Promover a I&D+I nas empresas

OE1.3 – Promover o empreendedorismo e alargar a base territorial da competitividade

OE1.4 – Atrair investimento externo

Orçamento Estimado - Investimento

- Edifício e apetrechamento técnico: 8.000.000 €.

Orçamento Estimado - Funcionamento

- Equipa de gestão: 150.000 €/ano.
- Projetos e Programas: nd / variável.

Fontes de Financiamento

- PO Regional do Norte
- PRR
- Horizonte Europa
- Fundos próprios do Município de Amarante

Calendarização

- Projeto de edifício Amarante Tech Campus – 2021 a 2022.
- Construção do edifício Amarante Tech Campus – 2022 a 2023.
- Promoção e construção de parcerias Amarante Tech Campus – 2021 a 2024.
- Desenvolvimento de projetos e programas – A partir de 2021.

Outros Comentários

Este projeto será localizado na mesma área onde se instalará a Fábrica das Artes, no coração da cidade de Amarante.

Designação do Projeto Polo Tecnológico de Penafiel (designação provisória, ou outra do tipo Cluster Tecnológico de Desportos Motorizados)
Promotor Município de Penafiel
Objetivos - Clusterizar empresas com intensidade tecnológica produtoras de componentes para as indústrias da mobilidade (desenvolvimento de soluções para veículos de 4 e de 2 rodas). - Infraestrutura de desportos motorizados (testes, eventos nacionais e internacionais). - Novo polo de desenvolvimento urbano no concelho de Penafiel.
Descrição e Ações Descrição: O projeto incide na criação de uma Área de Acolhimento Empresarial visando clusterizar empresas com intensidade tecnológica produtoras de componentes para as indústrias da mobilidade (essencialmente desenvolvimento de soluções para veículos de 4 e de 2 rodas), com focus na mecânica, metalomecânica e materiais bem como na criação de um circuito híbrido, para testes e prática de desportos motorizados (eventos nacionais e internacionais). A AAE e o circuito inserem-se num projeto mais vasto, localizado na proximidade do futuro nó de Rans do IC35, a infraestruturar pelo Município de Penafiel, que englobará ainda uma zona comercial, incluindo hotelaria e restauração, retalho, escritórios, etc. e uma zona de lazer do tipo Ecopark. Ações: - Construção da ligação ao nó de Rans do IC35 e rede viária local. - Construção da Área de Acolhimento Empresarial. - Construção do circuito híbrido (testes e eventos).
Recursos de conhecimento, técnicos e humanos a mobilizar - Município de Penafiel, planeamento físico, rede viária local, ligação ao nó de Rans do IC35 e infraestruturas. - Entidades tecnológicas a mobilizar para o projeto.
Articulação com a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial do Tâmega e Sousa EP1 – Aprofundamento da qualificação e da competitividade dos clusters industriais OE1.1 – Promover a I&D+I nas empresas OE1.2 – Reforçar o Sistema Sub-regional de Inovação, em articulação com o Sistema Regional de Inovação do Norte OE1.4 – Atrair investimento externo OE1.5 – Oferta de Solo Industrial
Orçamento Estimado - Investimento - nd Orçamento Estimado - Funcionamento - nd
Fontes de Financiamento - PO Regional do Norte - Investimento Municipal - Investimento Privado
Calendarização 2022-2024, sendo necessário coordenar temporalmente com a construção do IC35.

Outros Comentários

Área de Acolhimento Empresarial visando clusterizar empresas com intensidade tecnológica produtoras de componentes para as indústrias da mobilidade (essencialmente desenvolvimento de soluções para veículos de 4 e de 2 rodas), com focus na mecânica, metalomecânica e materiais.

A AAE insere-se num projeto mais vasto, localizado na proximidade do futuro nó de Rans do IC35, a infraestruturar pelo Município de Penafiel, que englobará:

- A AAE, com pavilhões e hangares;
- Um circuito híbrido, para testes e prática de desportos motorizados (eventos nacionais e internacionais);
- Uma zona comercial, incluindo hotelaria e restauração, retalho, escritórios, etc.;
- Uma zona de lazer do tipo Ecopark.

Na componente AAE / cluster de empresas tecnológicas pretende-se atrair e sediar empresas nacionais e internacionais bem como agências tecnológicas.

Na componente Eventos pretende-se estabelecer protocolos com entidades tais como Federação Portuguesa de Automobilismo e Karting, Federação Motociclismo de Portugal e Federação Portuguesa de Ciclismo. A Zona Desportiva está concebida para integrar Pista de Velocidade, Pista de Todo-o-Terreno, Pista de Rallycross / Autocross / Motocross, Circuito BTT / Downhill, Circuito Trail, Desportos Radicais e Zona de Espetáculos e Concertos.

A zona comercial será implementada pelo investimento privado.

Na zona de lazer (Ecopark), prevê-se investimento municipal e/ou privado e protocolo com a Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal. O Ecopark está concebido para albergar atividades de Campismo, de Caravanismo, Praia Fluvial, Hipismo, Canoagem.

O projeto inicial a reter, com características de condomínio fechado, engloba a AAE e o circuito híbrido, tendo como pressupostos prévios a construção do IC35 e do respetivo nó de Rans e a infraestruturação da rede viária local.

Designação do Projeto Áreas de Acolhimento Empresarial
Promotor Municípios
Objetivos - Expandir a oferta organizada de solo industrial. - Qualificar ou requalificar as AAE (infraestruturas, serviços de apoio, amenidades) - Atração de investimento.
Descrição e Ações Descrição: A generalidade dos Municípios do Tâmega e Sousa pretendem reforçar a rede de Áreas de Acolhimento Empresarial, com projetos de requalificação e/ou expansão das existentes e projetos de novas AAE. Para além do investimento infraestrutural, incluindo acessos adequados e rede de circulação interna bem como outras redes infraestruturais básicas (incluindo as que potenciem a economia digital, a economia circular e a transição energética) pretende-se dotar as AAE de condições para albergarem centros de serviços de interesse coletivo (p.ex., espaços para informação, formação, reuniões e workshops) e uma boa dotação em amenidades (p.ex., espaços verdes, cafetaria / restaurante). Ações: Alguns dos projetos referenciados, a executar ao longo do período 2021-2027: - AAEs no Município de Amarante, novas (3) - AAEs no Município de Celorico de Basto, expansão (3) e novas (3) - AAE do Alto das Barrancas, Felgueiras – 2ª fase - AAE na N207 - Felgueiras, - AAE do Marco de Canaveses, Requalificação da Zona Industrial - AAE de Constance, Marco de Canaveses - AAE no corredor da A42, Paços de Ferreira - AAEs de Paços de Ferreira - Requalificação - AAEs no Gôve e Santa Marinha do Zêzere, Baião - AAEs Cinfães e Souselo – Cinfães - AAEs N.º 1 e 2 de Penafiel - Requalificação e Ampliação - AAE de Recezinhos, Penafiel - Ampliação - 2ª fase - AAE da Cruz da Carreira, Castelo de Paiva - AAE das Lavagueiras, Castelo de Paiva - Ampliação, - AAE de Felgueiras, Castelo de Paiva - Ampliação - AAE de Caíde de Rei, Lousada – Ampliação – 2ª fase - AAE de Lousada - Requalificação - AAE de Resende – Requalificação
Recursos de conhecimento, técnicos e humanos a mobilizar - Equipas técnicas dos Municípios - CIM do Tâmega e Sousa, apoio à especificação dos serviços de interesse coletivo
Articulação com a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial do Tâmega e Sousa EP1 – Aprofundamento da qualificação e da competitividade dos clusters industriais OE1.5 – Oferta de Solo Industrial
Orçamento Estimado - Investimento - nd, a definir por projeto. Orçamento Estimado - Funcionamento - nd, a definir por projeto.
Fontes de Financiamento - PRR, C7 Infraestruturas, RE-C07-i01 Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) e RE-C07-i04 Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) – Acessibilidades Rodoviárias - PO Regional do Norte - Municípios
Calendarização 2021-2027

Outros Comentários

Designação do Projeto Rede de Espaços de Acolhimento e Coworking
Promotor CIM do Tâmega e Sousa Municípios
Objetivos ▪ Disponibilização de espaços de acolhimento para microiniciativas empresariais e coworking.
Descrição e Ações Descrição: Criação de uma rede de espaços de acolhimento de pequenas iniciativas empresariais e de coworking (tipicamente iniciativas em fase de ideia ou de arranque da atividade), com disponibilização de informação sobre apoios disponíveis e apoio técnico ao acesso aos mesmos. A adaptação dos espaços é promovida pelo Municípios (p. ex., escolas desativadas, espaços em AAE, etc.), competindo à CIM do Tâmega e Sousa a definição de um regulamento tipo para a utilização do espaço, a disponibilização sobre apoios disponíveis e o apoio técnico para o acesso aos mesmos. Ações: ▪ Mapeamento dos espaços a adaptar e definição do programa funcional. ▪ Obras de adaptação e apetrechamento técnico dos espaços.
Recursos de conhecimento, técnicos e humanos a mobilizar ▪ Municípios ▪ CIM do Tâmega e Sousa (Agência de Investimento) ▪ Interação com entidades públicas (nomeadamente IEFPP) e com Conselho Empresarial do Tâmega e Sousa e Associações Empresariais locais.
Articulação com a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial do Tâmega e Sousa EP1 – Aprofundamento da qualificação e da competitividade dos clusters industriais OE1.3 – Promover o empreendedorismo e alargar a base territorial da competitividade EP6 – Políticas ativas de emprego e coesão social OE6.2 – Promover a empregabilidade e a transição para a vida ativa de jovens
Orçamento Estimado - Investimento ▪ Infraestrutura: 100.000 € / espaço; 11 espaços: 1.100.000 € Orçamento Estimado - Funcionamento ▪ nd
Fontes de Financiamento ▪ PO Regional do Norte ▪ Municípios ▪ CIM do Tâmega e Sousa ▪ IEFPP
Calendarização ▪ Mapeamento dos espaços a adaptar e definição do programa funcional: 2022. ▪ Investimento de adaptação e apetrechamento dos espaços: 2022-2024.

Outros Comentários

Projetos de adaptação e apetrechamento dos espaços a cargo dos Municípios.

A rede de espaços de acolhimento de pequenas iniciativas empresariais e de coworking deverá ser coordenada pela CIM do Tâmega e Sousa, no quadro da Agência de Investimento do Tâmega e Sousa.

Designação do Projeto Centro de Valorização e Transferência de Tecnologia para o Setor Agroalimentar e Incubadora Rural do Tâmega e Sousa
Promotor Município de Baião e Resende, ou Associação a criar. Deverão ser associadas ao projeto entidades do SCTN, Associações de Produtores, etc.
Objetivos ▪ Prestar serviços avançados à fileira agroalimentar do Tâmega e Sousa. ▪ Promover a pequena agricultura e as cadeias curtas, estas últimas através da valorização dos produtos endógenos nos mercados locais e regionais bem como através das compras públicas municipais. ▪ Informação e vigilância tecnológica, serviços de aconselhamento técnico, testes e análises laboratoriais. ▪ Logística (armazenamento, frio). ▪ Marketing, apoio à gestão da marca, à embalagem e rotulagem; espaço expositivo e eventos promocionais. ▪ Promover o empreendedorismo rural (programas regulares de incubação e aceleração) e a renovação geracional dos produtores
Descrição e Ações Descrição: Criação de um centro de valorização e transferência de tecnologia para a fileira agroalimentar do Tâmega e Sousa, particularmente vocacionado para a prestação de serviços à pequena agricultura, a instalar em Gove, Baião, via requalificação e refuncionalização das atuais instalações da Adega Cooperativa de Baião ou em instalações construídas de raiz. Complementarmente equaciona-se a criação de um centro de recursos genéticos para a produção vegetal, em particular para a fruticultura em Resende. Ações: ▪ Criação da Associação promotora e/ou estabelecimento de parcerias. ▪ Requalificação do edifício da Adega Cooperativa de Baião ou construção de raiz. ▪ Centro de recursos genéticos para a produção vegetal. ▪ Apetrechamento técnico.
Recursos de conhecimento, técnicos e humanos a mobilizar ▪ Câmara Municipal de Baião (detém direito de superfície sobre as atuais instalações da Adega Cooperativa de Baião) ▪ Diagnóstico da realidade visada e enquadramento programático na EIDT do TeS e no Plano Estratégico do Agroalimentar do TeS ▪ Estabelecimento futuro de parcerias com entidades do SCTN que já manifestaram o seu interesse no projeto (UP, UTAD, IPP, Centro de Formação) ▪ Outras parcerias, nomeadamente no movimento associativo
Articulação com a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial do Tâmega e Sousa EP2 – Valorização das atividades económicas baseadas em ativos do território OE2.3 – Otimizar os recursos de explorações agrícolas e pecuárias OE2.4 – Promover o empreendedorismo e a inovação nas fileiras agroindustriais OE2.5 – Promover a distribuição e comercialização de produtos alimentares diferenciados
Orçamento Estimado - Investimento ▪ Instalações e apetrechamento técnico: 5.000.000 € Orçamento Estimado - Funcionamento ▪ Nd
Fontes de Financiamento ▪ PO Regional do Norte ▪ Futuro Programa de Desenvolvimento Rural ▪ Recursos próprios da entidade promotora
Calendarização ▪ Instalações e apetrechamento técnico: 2022-2023. ▪ Funcionamento (ações coletivas e prestação de serviços): 2023 em diante.

Outros Comentários

Nos trabalhos em curso de formulação da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial do Tâmega e Sousa (EIDT TeS) está evidenciada a relevância estratégica das fileiras da produção vegetal e animal no TeS, que começa nas atividades de agricultura, pecuária e silvicultura mas que se estende pelas indústrias alimentares e de bebidas. A referida relevância assenta em 3 dimensões:

- Estas fileiras apresentam uma grande margem de crescimento, como demonstrado pela expansão que, em geral, apresentaram nos últimos anos;
- Dada a sua localização mais desconcentrada, é claro o seu elevado potencial de gerar dinamismo nos concelhos menos industrializados e de menor densidade de atividades económicas do TeS (nomeadamente, Marco de Canavezes, Baião, Cinfães e Resende);

- As atividades das fileiras da produção vegetal e animal correspondem a atividades produtivas que se cruzam com o contexto ambiental e, ainda, com o quadro identitário (valor simbólico dos produtos do território) do TeS e dos municípios que o integram.

Em termos de produtos e atividades, retiramos da análise efetuada na EIDT TeS:

- A enorme relevância da viticultura (atividade agrícola com maior peso) e da indústria do vinho, sendo que ambas as atividades apresentam quocientes de localização, no TeS e tomando Portugal como referência, superiores a 1;
- A cultura de outros frutos em árvores e arbustos, que inclui frutos de pequena baga (mirtilos, groselhas, framboesas, amoras, etc.), morangos e pequenos frutos similares, e de outros frutos de árvore e de arbustos (cerejas, kiwis, romãs, nêspas, diospiros, etc.), segunda atividade agrícola mais importante no TeS, com elevado crescimento nos últimos anos e, igualmente, com quociente de localização, tomando Portugal como referência, superior a 1;
- Na Indústria Alimentar, destaque para a fabricação de produtos de padaria e outros produtos à base de farinha, atividade mais importante destas indústrias no TeS, onde se inserem vários produtos de raiz artesanal;
- A exploração florestal, dada a extensão da floresta no TeS e a sua relevância para o quadro ambiental, sendo que esta atividade apresenta um quociente de localização, tomando Portugal como referência, superior a 1;
- Finalmente, ao nível da fileira da produção animal é de assinalar a avicultura (atividade com maior peso na produção animal) e a criação de bovinos, em particular a orientada para a produção de carne, esta última apresentando igualmente um quociente de localização superior a 1.

De notar que estas constatações são em grande medida convergentes com o diagnosticado no Plano Estratégico de Agroalimentar (elaborado pela RURIS para a CIM do TeS, 2019), no qual se identificam e classificam os produtos agroalimentares do TeS em 3 tipologias de análise, nomeadamente, citamos (RURIS, CIM do TS, 2019, pg. 11):

- “Produtos âncora – produtos estruturantes e transversais a todo o território, que apresentam elevada importância para a economia e emprego do TeS”; os autores consideram aqui o Vinho Verde.
- “Produtos relevantes – produtos com crescente notoriedade e relevância económica, os quais estão associados a alguns territórios integrantes do TeS”; os autores consideram neste grupo as carnes de raças autóctones, o kiwi, o mirtilo, a cereja, as hortícolas (em modo de produção biológico) e o cogumelo Shiitake.
- “Produtos identitários – produtos intrinsecamente ligados à história e cultura deste território, os quais, embora não apresentem especial relevância económica, manifestam a identidade cultural e simbólica do TeS”; neste grupo faz-se referência a produtos tais como o pão tradicional (broa de milho), os doces tradicionais e conventuais, o mel, as compotas e licores, o linho, o milho, o melão casca de carvalho e o galo capão.

O projeto de requalificação do edificado (atuais instalações da Adega Cooperativa de Baião) tem as seguintes características:

- O edifício atualmente tem 4.500 m² de área coberta, passará para 5.000 m².
- Piso de baixo: Vinho, laboratório para o vinho.
- Piso intermédio: Armazenamento, frio; Embalamento; Expedição; Laboratórios; Loja, espaço expositivo; área museológica.
- Piso superior: Incubação, auditórios, áreas administrativas.

Designação do Projeto Quinta Ciência Viva dos Projetos e dos Socalcos
Promotor Município de Cinfães, em cooperação com a Ciência Viva – Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica
Objetivos - Promover a cultura científica junto dos cidadãos, alunos e professores, jovens e adultos, residentes e turistas. - Promover o turismo sustentável em torno de produtos endógenos das fileiras da produção animal e vegetal.
Descrição e Ações Descrição: A Quinta Ciência Viva dos Projetos e dos Socalcos ficará localizada na Quinta dos Socalcos, Cinfães, e já aparece referenciada pela Ciência Viva – Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica como projeto em desenvolvimento, integrado na Rede de Quintas Ciência Viva. Ações: - Projeto e programa funcional. - Investimento infraestrutural e apetrechamento técnico.
Recursos de conhecimento, técnicos e humanos a mobilizar - Ciência Viva – Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica. - Entidades do SCTN, nomeadamente a UTAD. - Município de Cinfães.
Articulação com a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial do Tâmega e Sousa EP2 – Valorização das atividades económicas baseadas em ativos do território OE2.1 – Aprofundar a organização e qualificação da oferta turística Objetivo Específico 2.4 – Promover o empreendedorismo e a inovação nas fileiras agroindustriais. EP5 – Sistema educativo e de formação OE5.1 – Promover generalizadamente a melhoria de qualificações da população jovem do TeS capacitando-a para a empregabilidade no contexto de valorização do seu sistema produtivo.
Orçamento Estimado - Investimento - Campus e apetrechamento técnico: 3.000.000 €. Orçamento Estimado - Funcionamento - nd.
Fontes de Financiamento - PO Regional do Norte - Município de Cinfães
Calendarização 2022-2023.

Outros Comentários

Referência ao projeto na página <https://www.cienciaviva.pt/quintascienciaviva/projetos-e-socalcos.php>:

“Numa perfeita analogia aos desafios que definem o percurso de um empreendedor, a Quinta Ciência Viva dos Projetos e dos Socalcos, em Cinfães, distribui-se por um terreno de relevo acentuado, onde cada patamar (socalco) representa uma paragem obrigatória, uma estação de aprendizagem, uma competência adquirida rumo à inovação, ao empreendedorismo e ao desenvolvimento local.

A vila de Cinfães “respira” música, mas o seu potencial não se esgota nesta arte e, fruto da criatividade, investigação, desenvolvimento e inovação, as possibilidades são... ilimitadas, nesta e em outras áreas... da latoaria e cestaria à agricultura de precisão, passando pela gastronomia, pela apicultura e pelo burel, entre muitos outros produtos locais e atividades. O desafio é real e na Quinta todos os visitantes – escolas, comunidade local, investigadores, produtores, empresários, artistas – são convidados a passarem das ideias à prática, dando “vida” aos seus projetos!

Numa parceria entre a Câmara Municipal de Cinfães, a Ciência Viva - Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica, os produtores locais, as instituições científicas e as empresas da região, a Quinta Ciência Viva dos Projetos e dos Socalcos é um espaço agregador de aprendizagens, de incubação de projetos, de divulgação e transferência de conhecimento para o mercado”.

Designação do Projeto Ecovia Douro Verde
Promotor Município de Baião Município de Castelo de Paiva Município de Cinfães Município do Marco de Canaveses Município de Resende Infraestruturas de Portugal
Objetivos ▪ Valorização turística das margens do Douro, envolvendo de forma coerente os 5 municípios ribeirinhos. ▪ Valorização do património natural e paisagístico, preservando a qualidade ambiental.
Descrição e Ações Descrição: Criação de uma ecovia nas margens do Douro, em certos trechos acompanhando a rede viária existente e, na sua totalidade, permitindo itinerários de ciclovias e pedonais. Este projeto complementa e, ao mesmo tempo, estrutura, um conjunto de intervenções municipais já existentes ou previstas nos 5 municípios ribeirinhos. Ações: ▪ Levantamento dos percursos já existentes e elaboração do projeto físico e do programa funcional. ▪ Investimentos a realizar pelos 5 municípios e, eventualmente, pela Infraestruturas de Portugal.
Recursos de conhecimento, técnicos e humanos a mobilizar ▪ Municípios ▪ CIM do Tâmega e Sousa ▪ Infraestruturas de Portugal ▪ Consultoria e serviços especializados
Articulação com a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial do Tâmega e Sousa EP2 – Valorização das atividades económicas baseadas em ativos do território OE2.1 – Aprofundar a organização e qualificação da oferta turística EP3 - Defender a qualidade ambiental no TeS - serviços ambientais e património OE3.3 – Fomentar a valorização e preservação do património cultural, natural e paisagístico da região
Orçamento Estimado - Investimento ▪ 15.000.000 €. Orçamento Estimado - Funcionamento ▪ nd.
Fontes de Financiamento ▪ PO Regional do Norte
Calendarização ▪ Levantamento dos percursos já existentes e elaboração do projeto físico e do programa funcional: 2022. ▪ Investimento infraestrutural: 2023-2024.

Outros Comentários

Tanto quanto possível, o projeto deverá estabelecer complementaridades com intervenções que visem a valorização turística da EN 222.

Designação do Projeto Centro de Alto Rendimento Desportivo
Promotor Município de Cinfães Município de Marco de Canaveses Envolvimento dos Municípios de Amarante, Baião, Castelo de Paiva e Resende
Objetivos ▪ Valorizar as condições naturais existentes no conjunto Margens do Douro / Serra de Montemuro e no rio Tâmega a prática desportiva. ▪ Aprofundar o segmento Turismo de Desporto.
Descrição e Ações Descrição: Criação de um Centro de Alto Rendimento para desportos associados ao rio e à montanha (canoagem, remo, BTT, ciclismo, certas modalidades do atletismo), permitindo a expansão da atividade já existente ao nível da canoagem e do remo e o apoio a modalidades de montanha, aproveitando as condições naturais propiciadas pelo rio Douro e serra de Montemuro bem como pelo rio Tâmega. Ações: ▪ Construção de instalações de apoio na proximidade do Porto Antigo, Cinfães (incluindo facilidades para treino e preparação física bem como acolhimento com informação / reservas de unidades de alojamento e de locais de prática desportiva). ▪ Pista e instalações de apoio em Sobretâmega, Marco de Canaveses, para a prática de canoagem e remo. ▪ Definir o programa funcional, em colaboração com federações desportivas, empresas e com a UTAD.
Recursos de conhecimento, técnicos e humanos a mobilizar ▪ Protocolos com Federações e com a M.A.R. Kayaks. ▪ Protocolo com UTAD (avaliação da performance desportiva). ▪ Protocolos com unidades hoteleiras (Hotel Porto Antigo; nova unidade hoteleira a construir na Quinta da Serrana, outras). ▪ Municípios de Amarante, Baião, Castelo de Paiva, Cinfães, Marco de Canaveses e Resende.
Articulação com a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial do Tâmega e Sousa EP2 – Valorização das atividades económicas baseadas em ativos do território OE2.1 – Aprofundar a organização e qualificação da oferta turística
Orçamento Estimado - Investimento ▪ nd Orçamento Estimado - Funcionamento ▪ nd
Fontes de Financiamento ▪ PO Regional do Norte ▪ Investimento privado
Calendarização ▪ 2022-2023
Outros Comentários
Nd

Designação do Projeto Requalificação da Casa dos Arcos – Centro Interpretativo do Vinho Verde
Promotor Município do Marco de Canaveses
Objetivos ▪ Requalificação e valorização do património e reabilitação urbana (ARU da Estação / Rio de Galinhas). ▪ Promoção do enoturismo. ▪ Integração da Casa dos Arcos no processo de redinamização da Rota dos Vinhos Verdes. ▪ Promoção da oferta de produtos diferenciados.
Descrição e Ações Descrição: Requalificação da Casa dos Arcos – Centro Interpretativo do Vinho Verde, com a remodelação integral da casa solarenga do século XVI, propriedade do Município, a criação de um espaço museológico de interpretação da vinha e dos vinhos do Marco e também um laboratório de investigação deste recurso do território. Para o exterior está desenhado um espaço experimental para a plantação de pelo menos 52 castas de vinho verde, um projeto único em toda a região vinícola. Ações: ▪ Requalificação física da Casa dos Arcos e do espaço envolvente. ▪ Conceção e montagem do espaço interpretativo. ▪ Espaço experimental para a plantação de pelo menos 52 castas de vinho verde. ▪ Inserção da Casa dos Arcos – Centro Interpretativo do Vinho Verde como “estação” da Rota dos Vinhos Verdes, esta última a redinamizar em projeto autónomo.
Recursos de conhecimento, técnicos e humanos a mobilizar ▪ Município do Marco de Canaveses. ▪ Interação com CVRVV - Comissão de Viticultura da Região dos Vinhos Verdes e com ERTPN – Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte.
Articulação com a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial do Tâmega e Sousa EP2 – Valorização das atividades económicas baseadas em ativos do território OE2.1 – Aprofundar a organização e qualificação da oferta turística OE2.5 – Promover a distribuição e comercialização de produtos alimentares diferenciados
Orçamento Estimado - Investimento ▪ Requalificação física da Casa dos Arcos e do espaço envolvente: 3.000.000 €. ▪ Conceção e montagem do espaço interpretativo: 300.000 €. ▪ Espaço experimental para a plantação de pelo menos 52 castas de vinho verde: 50.000 €. Orçamento Estimado - Funcionamento ▪ nd
Fontes de Financiamento ▪ PO Regional do Norte ▪ Futuro Programa de Desenvolvimento Rural
Calendarização ▪ 2022

Outros Comentários

O projeto Requalificação da Casa dos Arcos – Centro Interpretativo do Vinho Verde visa a remodelação integral da casa solarenga do século XVI, propriedade do Município. Prevê a criação de um espaço museológico de interpretação da vinha e dos vinhos do Marco e também um laboratório de investigação deste recurso do território. Para o exterior está desenhado um espaço experimental para a plantação de pelo menos 52 castas de vinho verde, um projeto único em toda a região vinícola.

O projeto insere-se na recentemente aprovada ARU da Estação / Rio de Galinhas, no âmbito da qual se prevê igualmente o projeto de Reabilitação do Largo da Igreja de Rio de Galinhas, através da reorganização do tráfego viário, de estacionamento e zonas ajardinadas, e a criação de um parque infantil e o projeto, já em execução, de Reabilitação da Envolvente da Estação de Caminhos de Ferro, com a criação de um parque de estacionamento, de um edifício de ligação, entre a estação e o parque de estacionamento, e de uma praça da Estação, que permite dar corpo à intermodalidade naquela zona fulcral da mobilidade.

Parece-nos importante considerar a Casa dos Arcos - Centro Interpretativo do Vinho Verde como uma das “estações” da Rota dos Vinhos Verdes, dimensão a incluir no centro interpretativo.

Designação do Projeto Dinamização da Rota dos Vinhos Verdes no Tâmega e Sousa
Promotor CIM do Tâmega e Sousa CVRVV - Comissão de Viticultura da Região dos Vinhos Verdes ERTPN - Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte
Objetivos ▪ Dinamizar a participação dos atores do Tâmega e Sousa na Rota dos Vinhos Verdes. ▪ Articulação com a Rota dos Vinhos Verdes, a qual é gerida pela CVRVV e abrange todas as nove sub-regiões da Região dos Vinhos Verdes: Monção e Melgaço, Lima, Cávado, Ave, Basto, Sousa, Baião, Paiva e Amarante. ▪ Articulação com a Promoção Turística do Tâmega e Sousa (projeto autónomo).
Descrição e Ações Descrição: Este projeto, de natureza imaterial e a ser conduzido pela CIM do Tâmega e Sousa, visa dinamizar a participação dos atores do Tâmega e Sousa na Rota dos Vinhos Verdes. Ações: ▪ Inventariação e avaliação da participação do Tâmega e Sousa na Rota dos Vinhos Verdes, nas Rotas Temáticas definidas e na identificação de locais de Alojamento, Quintas, Atividades, Restaurantes. ▪ Promoção de novos aderentes à Rota dos Vinhos Verdes e sugestões quanto a eventuais redefinições das Rotas Temáticas, sítios, atividades e eventos. ▪ Reforço da cooperação com a CVRVV e a ERTPN.
Recursos de conhecimento, técnicos e humanos a mobilizar ▪ CIM do Tâmega e Sousa ▪ Municípios ▪ CVRVV - Comissão de Viticultura da Região dos Vinhos Verdes ▪ ERTPN - Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte
Articulação com a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial do Tâmega e Sousa EP2 – Valorização das atividades económicas baseadas em ativos do território OE2.1 – Aprofundar a organização e qualificação da oferta turística OE2.5 – Promover a distribuição e comercialização de produtos alimentares diferenciados EP3 - Defender a qualidade ambiental no TeS - serviços ambientais e património OE3.3 – Fomentar a valorização e preservação do património cultural, natural e paisagístico da região
Orçamento Estimado - Investimento ▪ A considerar no orçamento de funcionamento da CIM do Tâmega e Sousa ou a integrar no orçamento do projeto Promoção Turística do Tâmega e Sousa. Orçamento Estimado - Funcionamento ▪ A considerar no orçamento de funcionamento da CIM do Tâmega e Sousa.
Fontes de Financiamento ▪ CIM do Tâmega e Sousa
Calendarização ▪ Inventariação e avaliação da participação do Tâmega e Sousa na Rota dos Vinhos Verdes, nas Rotas Temáticas definidas e na identificação de locais de Alojamento, Quintas, Atividades, Restaurantes: 2021-2022 ▪ Promoção de novos aderentes à Rota dos Vinhos Verdes e sugestões quanto a eventuais redefinições das Rotas Temáticas, sítios, atividades e eventos, e reforço da cooperação com a CVRVV e a ERTPN: 2022-2027.

Outros Comentários

Neste momento, a página Web da Rota dos Vinhos Verdes (<https://www.vinho Verde.pt/>) identifica 16 Rotas Temáticas, das quais as seguintes abrangem territórios do Tâmega e Sousa:

- De Mondim ao Marco - Tesouros do sagrado e da natureza.
- De Amarante a Celorico de Basto - Os encantos do Tâmega.
- Do Porto a Baião - Entre o Porto e o Verde.
- De Resende a Castelo de Paiva - O doce da cereja e o esplendor duriense.
- De Felgueiras a Paredes - Terras do culto e do cultivo.

- Cidades e Vilas: Aparece referenciada Amarante.
- Rota das Serras: Aparecem referenciados a Aboboreira e o Montemuro).
- Rota das Quintas: Aparecem referenciadas a Quinta da Aveleda (Penafiel), a Quinta de Lourosa (Lousada), a Quinta da Lixa (Felgueiras), a Quinta de Simões (Felgueiras).
- Rota dos Mosteiros: Aparece referenciado o Convento de São Gonçalo (Amarante).
- Rota das Praias: Aparece referenciada a Praia Fluvial de Porto de Rei (Resende).

A Rota dos Vinhos Verdes identifica ainda locais de Alojamento, Quintas, Atividades, Restaurantes.

Ainda não houve a oportunidade de contactar a CVRVV - Comissão de Viticultura da Região dos Vinhos Verdes e a ERTPN - Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte, a fim de se proceder a uma melhor especificação do projeto.

Designação do Projeto Aldeias do Tâmega e Sousa
Promotor Comunidade Intermunicipal - CIM do Tâmega e Sousa. Municípios do Tâmega e Sousa. Associações de Desenvolvimento Local. Privados.
Objetivos ▪ Preservação, qualificação, revitalização e dinamização de aldeias típicas no Tâmega e Sousa. ▪ Repovoamento das aldeias. ▪ Atração jovens e de novos exploradores agrícolas. ▪ Qualificação da oferta turística nas aldeias. ▪ Valorização e preservação do património cultural, natural e paisagístico da região.
Descrição e Ações Descrição: “Aldeias do Tâmega e Sousa” visa a preservação, qualificação, revitalização e dinamização de aldeias típicas, combatendo o decréscimo populacional e ao abandono das aldeias e preservando e valorizando o património. Visa-se intervencionar 15 a 20 aldeias, coordenando diferentes ações e atores, por forma a permitir a preservação e reabilitação do edificado, seja para fins turísticos seja para habitação, a qualificação do espaço público, a atração de novos habitantes e agricultores. Ações: ▪ Levantamento e estudo das aldeias com potencial a serem posteriormente requalificadas e revitalizadas. ▪ Identificação das tipologias de intervenção e dos atores a mobilizar. ▪ Definição de um modelo de ação para requalificar as aldeias selecionadas. ▪ Requalificação do espaço público. ▪ Reabilitação do edificado. ▪ Conectividade/acessibilidade digital. ▪ Bolsa de terras. ▪ Criar um Portal que inclua informação sobre bolsas de terras e casas para arrendar ou transacionar.
Recursos de conhecimento, técnicos e humanos a mobilizar ▪ Municípios. ▪ CIM do Tâmega e Sousa. ▪ ADLs. ▪ Consultoria e serviços especializados.
Articulação com a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial do Tâmega e Sousa EP2 – Valorização das atividades económicas baseadas em ativos do território OE2.1 – Aprofundar a organização e qualificação da oferta turística OE2.4 – Promover o empreendedorismo e a inovação nas fileiras agroindustriais EP3 – Defender a qualidade ambiental no TeS - serviços ambientais e património OE3.3 – Fomentar a valorização e preservação do património cultural, natural e paisagístico da região
Orçamento Estimado - Investimento ▪ Plano de Ação - Levantamento e estudo das aldeias com potencial a serem posteriormente requalificadas e revitalizadas e identificação das tipologias de intervenção e dos atores a mobilizar: 120.000 €. ▪ Outras ações posteriores: nd. Orçamento Estimado - Funcionamento ▪ nd.
Fontes de Financiamento ▪ PO Regional do Norte ▪ Municípios ▪ Particulares
Calendarização ▪ Plano de Ação - Levantamento e estudo das aldeias com potencial a serem posteriormente requalificadas e revitalizadas e identificação das tipologias de intervenção e dos atores a mobilizar: 2022. ▪ Outras ações posteriores: 2023-2027.

Outros Comentários

Recomenda-se que as Associações de Desenvolvimento Local a envolver no projeto sejam as seguintes:

- DOLMEN, Cooperativa de Formação, Educação e Desenvolvimento do Baixo Tâmega cujos municípios constituintes são Amarante, Baião, Cinfães, Marco de Canaveses, Penafiel, Resende.
- ADER-SOUSA, Associação de Desenvolvimento Rural das Terras do Sousa, cujos municípios associados da CIM TeS são Felgueiras, Paços de Ferreira, Lousada e Penafiel.

- ADRIMAG, Associação de Desenvolvimento Rural Integrado das Serras do Montemuro Arada e Gralheira, que inclui os municípios da CIM TeS Castelo de Paiva e Cinfães.
- PROBASTO, Associação de Desenvolvimento Rural de Basto que inclui o município da CIM TeS Celorico de Basto.

Designação do Projeto Valorização dos Rios do Tâmega e Sousa
Promotor Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa Municípios
Objetivos ▪ Requalificação e renaturalização das margens dos rios no território do Tâmega e Sousa ▪ Despoluição de afluentes e rios no território ▪ Repovoamento de espécies autóctones nos rios ▪ Reflorestação das margens dos rios com espécies nativas ▪ Devolver a fruição dos rios à população residente. ▪ Estruturação de produtos turísticos e percursos pedestres/trilhos
Descrição e Ações Descrição: Os rios são um recurso muito importante para o território, sendo que os recursos do Tâmega e Sousa são particularmente relevantes, considerando as bacias hidrográficas do Douro, do Sousa e do Tâmega. Como tal, é fundamental delinear um conjunto de ações que visem a qualificação e valorização dos rios e suas margens no território. Essas começam pelo levantamento, estudo e descrição dos rios presentes no território do Tâmega e Sousa com potencialidades de qualificação e valorização, passando posteriormente à despoluição dos rios, bem como ao repovoamento de espécies de fauna e flora autóctones. Adicionalmente, procede-se à organização e qualificação dos espaços ribeirinhos, tornando-os mais acessíveis à fruição por parte dos residentes e dos turistas. Ações: ▪ Levantamento e estudo dos rios presentes no território do Tâmega e Sousa. ▪ Renaturalização das margens dos rios do território do Tâmega e Sousa. ▪ Repovoamento das espécies de flora e fauna. ▪ Investimento em espaços de lazer, com qualidade ambiental. ▪ Promoção da oferta turística nas margens dos rios no território do Tâmega e Sousa.
Recursos de conhecimento, técnicos e humanos a mobilizar ▪ Municípios. ▪ CIM do Tâmega e Sousa. ▪ Agência Portuguesa do Ambiente. ▪ Consultoria e serviços especializados.
Articulação com a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial do Tâmega e Sousa EP2 – Valorização das atividades económicas baseadas em ativos do território OE2.1 – Aprofundar a organização e qualificação da oferta turística EP3 - Defender a qualidade ambiental no TeS - serviços ambientais e património OE3.3 – Fomentar a valorização e preservação do património cultural, natural e paisagístico da região
Orçamento Estimado - Investimento ▪ nd Orçamento Estimado - Funcionamento ▪ nd
Fontes de Financiamento ▪ PO Regional do Norte ▪ PO Transição Climática e Sustentabilidade dos Recursos
Calendarização ▪ Levantamento e estudo dos rios presentes no território do Tâmega e Sousa e Plano de Ação: 2022. ▪ Ações posteriores: 2023-2024.

Outros Comentários

Estender a todo o território da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa as ações de qualificação, valorização e renaturalização dos rios, a exemplo das ações promovidas pelo Município de Lousada com a obra de Renaturalização e Criação de Zonas de Infiltração nas Margens do Rio Sousa em Pias e a iniciativa agregadora Lousada Guarda Rios.

Ponderar criar um percurso para o Rio Tâmega e para o Rio Sousa desde as suas nascentes, passando por elementos patrimoniais associados ao românico, aproveitando os trilhos já existentes nos territórios. Dinamizar esses percursos através do património molinológico, histórico, religioso e gastronómico, criando ecovias com sinalização e mapeamento. Adicionalmente, deverá ser efetuado a respetiva limpeza e tratamento das águas dos rios bem como realizar ações de educação ambiental junto dos residentes.

Designação do Projeto Promoção das Artes e Ofícios Tradicionais
Promotor CIM Tâmega e Sousa. ADLs. Municípios.
Objetivos Promover e qualificar as Artes e Ofícios Tradicionais no Tâmega e Sousa, de modo coordenado com as ações previstas no Programa Saber-Fazer.
Descrição e Ações Descrição: Em linha com as ações e medidas preconizadas no Programa Saber-Fazer, pretende-se promover as Artes e Ofícios Tradicionais no Tâmega e Sousa, através de um conjunto de ações coletivas e do apoio técnico às Unidades de Produção Artesanal. Ações: - Mapeamento das Artes e Ofícios Tradicionais no Tâmega e Sousa. - Dinamizar os lugares das práticas artesanais através do encontro, da cocriação e da interdisciplinaridade. - Apoio à obtenção do Estatuto de Artesão / Unidade de Produção Artesanal e aos registos subsequentes. - Apoio técnico a projetos de inovação, incluindo o design e as tecnologias digitais. - Promover a imagem e a comunicação das Artes e Ofícios Tradicionais e apoio técnico às estratégias de comercialização, nomeadamente através de espaços expositivos e eventos. - Fomentar o acesso às técnicas artesanais tradicionais e garantir a continuidade e renovação do setor através da investigação, de propostas inovadoras e novos praticantes. - Promover a formação profissional dos artesãos ou de futuros artesãos.
Recursos de conhecimento, técnicos e humanos a mobilizar - CIM do Tâmega e Sousa - Associações de Desenvolvimento Local (Adersousa, Dolmen, Adrimag e Probasto) - Municípios - Consultoria especializada
Articulação com a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial do Tâmega e Sousa EP2 – Valorização das atividades económicas baseadas em ativos do território OE2.1 – Aprofundar a organização e qualificação da oferta turística OE2.4 – Promover o empreendedorismo e a inovação nas fileiras agroindustriais OE2.5 – Promover a distribuição e comercialização de produtos alimentares diferenciados EP3 - Defender a qualidade ambiental no TeS - serviços ambientais e património OE3.3 – Fomentar a valorização e preservação do património cultural, natural e paisagístico da região
Orçamento Estimado - Investimento - nd Orçamento Estimado - Funcionamento - nd
Fontes de Financiamento - PO Regional do Norte - Apoios no quadro do Programa Saber-Fazer e das entidades públicas com intervenção na operacionalização dos instrumentos previstos (nomeadamente o IEFPP)
Calendarização - Mapeamento das Artes e Ofícios Tradicionais no Tâmega e Sousa: 2022. - Outras ações: 2022-2027.

Outros Comentários

O projeto Promoção das Artes e Ofícios Tradicionais poderá ser liderado pela CIM do Tâmega e Sousa, em copromoção com as Associações de Desenvolvimento Local (Adersousa, Dolmen, Adrimag e Probasto) ou por uma destas ADL sendo as outras copromotoras.

As Artes e Ofícios tradicionais são um importante recurso para a resolução de problemas de emprego, de dificuldades de fixação de população e de recursos humanos em territórios em regressão de efetivos, e expectativas de natureza cultural, nomeadamente no que respeita ao seu contributo para a recuperação do património cultural móvel e edificado e também ao reconhecimento da importância das atividades artesanais, elas próprias, enquanto património cultural imaterial, com atributos de representação identitária e reconhecimento simbólico da cultura do país e dos territórios.

A característica de ligação e identificação com o território que o artesanato apresenta é crescentemente valorizada pelas políticas e programas de apoio ao desenvolvimento e, em particular ao desenvolvimento rural, que têm vindo a promover e a apoiar a diversificação das atividades que dão origem à criação de empregos e de iniciativas empresariais em domínios não diretamente ligados à agricultura.

As produções artesanais, a que são atribuídos um valor cultural, de tradição, estético, fazem hoje parte de roteiros turísticos de

visita aos concelhos e às regiões. As práticas de lazer estão cada vez mais associadas a um turismo ativo, itinerante, de descoberta das raízes, das tradições, dos patrimónios naturais e culturais, construídos e imateriais.

A legislação atual que regula o setor e que estabelece a sua delimitação e o quadro conceptual em vigor, inclui os seguintes elementos que estão na base do sistema de reconhecimento e de delimitação do setor de atividade:

- i. Repertório das Atividades Artesanais em vigor (Portaria nº 1193/2003, de 13 de outubro),
- ii. Estatuto de Artesão e de Unidade de Produção Artesanal (Decreto-Lei nº 110/2002, de 16 de abril),
- iii. Registo Nacional do Artesanato (Portaria nº 1193/2003, de 13 de outubro).

Em 2001 foi constituído o Programa para a Promoção dos Ofícios e das Microempresas Artesanais (PPART), por Decreto-Lei nº 41/2001 de 9 de fevereiro.

O Decreto-Lei 121/2015 de 30 de junho veio permitir criar o Sistema Nacional de Qualificações e Certificação de Produções Artesanais Tradicionais (SNQCPAT).

O Decreto-Lei nº 122/2015 de 30 de junho criou o Programa de Promoção das Artes e Ofícios.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 89/2020, de 23 de outubro, criou o Programa Saber-Fazer.

Designação do Projeto Promoção Turística do Tâmega e Sousa
Promotor Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa. Municípios.
Objetivos ▪ Promoção Turística do Tâmega e Sousa. ▪ Atualização do plano de ações definidas no Plano de Marketing Territorial (2015), mas segmentando as mesmas por 3 projetos: A presente “Promoção Turística do Tâmega e Sousa”, a criação da “Agência de Investimentos” e o “Plano de Marketing Territorial”. ▪ Coordenar a promoção turística do Tâmega e Sousa com as ações ao nível municipal (Municípios), regional (ERTPN) e nacional (Turismo de Portugal).
Descrição e Ações Descrição: Elaboração de um Plano de Promoção Turística do Tâmega e Sousa, tendo como horizonte temporal o período 2021-2027, e realização das campanhas de promoção turística. implementação deste projeto visa aprimorar e reforçar de forma articulada a Promoção Turística do território, acompanhando as tendências atuais do Turismo num contexto pós-pandemia em que a digitalização tem ganho preponderância no setor bem como os segmentos Turismo de Natureza e Turismo no Espaço Rural. Para tal, serão colocadas em prática um conjunto de ações que visam a criação de uma marca turística comum a todos os municípios do território, a valorização turística dos recursos do território e o incremento da presença digital da CIM TeS no âmbito do Turismo. Ações: ▪ Elaboração do Plano de Promoção Turística do Tâmega e Sousa, promoção essa dirigida a turistas nacionais e internacionais, atualizando os segmentos / apostas de produtos turísticos, os mercados emissores alvo, a marca turística comum (forte, distintiva e identitária) e outras marcas relevantes, os produtos turísticos âncora (sítios, rotas, eventos...). ▪ Campanhas de promoção turística, utilizando diferentes suportes para os conteúdos e a comunicação, com incremento dos suportes e canais digitais. ▪ Coordenação com a atividade de promoção turística desenvolvida pelos Municípios. ▪ Maximizar a presença do Tâmega e Sousa nas campanhas de promoção turística das entidades regionais (ERTPN) e nacionais (Turismo de Portugal).
Recursos de conhecimento, técnicos e humanos a mobilizar ▪ CIM do Tâmega e Sousa ▪ Municípios ▪ ERTPN - Entidade Regional de Turismo Porto e Norte
Articulação com a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial do Tâmega e Sousa EP2 – Valorização das atividades económicas baseadas em ativos do território OE2.2 – Promoção turística do Tâmega e Sousa, em articulação com os níveis regional e nacional EP9 – Capacitação e governação intermunicipal OE9.1 – Capacitar a CIM e melhorar a integração e gestão partilhada de serviços entre municípios e CIM
Orçamento Estimado - Investimento ▪ Elaboração do Plano de Promoção Turística: 50.000 €. Orçamento Estimado - Funcionamento ▪ Campanha de promoção turística 2022-2023: nd ▪ Campanha de promoção turística 2024-2025: nd ▪ Campanha de promoção turística 2026-2027: nd
Fontes de Financiamento ▪ PO Regional do Norte
Calendarização ▪ Elaboração do Plano de Promoção Turística: 2021. ▪ Campanhas bienais no período 2022-2027.

Outros Comentários

A promoção turística do Tâmega e Sousa considerará os segmentos / apostas de produtos turísticos nos quais o território apresenta ativos diferenciadores e forte, tais como o turismo de natureza, o turismo de saúde e bem-estar (termal), o turismo de desporto (montanha e rios), o turismo histórico-cultural, o enoturismo e a gastronomia.

Designação do Projeto Fábrica das Artes
Promotor Município de Amarante
Objetivos ▪ Posicionar a cidade como laboratório de profissionalização, empreendedorismo, experimentação e formalização de metodologias e boas práticas na área criativa. ▪ Apoiar a profissionalização e gestão de carreiras artísticas na área da música, dança, cinema, artes plásticas, teatro, fotografia e moda. ▪ Fixar e estimular a criação de empresas. ▪ Diversificar a rede de infraestruturas para a criação e produção artísticas. ▪ Promover práticas de “clusterização” do setor das indústrias criativas na qualificação e reabilitação urbana. ▪ Criar sinergias entre a música e outras áreas de expressão artística. ▪ Promover iniciativas que recorram à arte em terapias ou inclusão social. ▪ Criação de Centro de Recursos da Viola Amarantina e outros ativos culturais locais. ▪ Promover projetos de formação e investigação das diversas formas artísticas. ▪ Realizar residências artísticas para projetos de cruzamento de diferentes linguagens musicais contemporâneas, com instrumentos amarantinos.
Descrição e Ações Descrição: O edifício da Fábrica Matias testemunha a era industrial da cidade de Amarante sendo, por essa razão, fundamental a sua recuperação e regeneração, preservando a história e património que representa. A dimensão dos volumes e a extensão dos terrenos que compõem a antiga fábrica revelam o impacto económico de outros tempos, quer na criação de postos de trabalho, quer no reconhecimento da cidade de Amarante a nível nacional e internacional. A sua localização, próxima do centro histórico e dos principais serviços, posiciona-a como mote para o redesenho do “novo centro” da cidade. Este edificado e terrenos adjacentes serão transformados num espaço nobre de criação artística, pretendendo-se criar múltiplas áreas para as artes performativas e outras, espaços de formação de utilização partilhada pelas inúmeras instituições e associações artísticas de Amarante, assim como por instituições da área da ação social que tenham como foco a criação artística como forma de intervir positivamente nas múltiplas áreas da ação social. Ações: ▪ Criar um polo de incubação que atraia e desenvolva a área artística e a criatividade. ▪ Salas de formação para áreas artísticas. ▪ Incubadora de Indústrias Criativas - espaço de captação e formação para empresas criativas. Possibilidade de desenvolvimento de intercâmbios para receber empresas e ideias de negócio internacionais. ▪ Espaço Interpretativo da música amarantina - espaço expositivo sobre instrumentos e música tradicional amarantina. Sinergia com exposição permanente sobre a Fábrica Matias, permitindo a compreensão da transformação programática do edifício. ▪ Residência permanente para a Orquestra do Norte (ON), com sala de ensaios - espaço de ensaio com pequeno auditório, permitindo que a comunidade artística, turistas e locais possam ter maior contacto com o trabalho desenvolvido pela ON. ▪ Laboratórios Criativos - sala de criação, ensaios e estúdio de gravação para artistas locais, que poderão partilhar experiências e conhecimentos entre músicos profissionais e amadores. ▪ Academia de Dança. ▪ Black Box - espaço multiusos que reflita e sirva de montra para todos os usuários do Bairro Criativo. Sistema de governança por aluguer para criação de eventos, produção de feiras de indústrias criativas, mercados temáticos, espetáculos de dança, etc. ▪ Área/Praça de alimentação e Café-Concerto, que permita atuações ao vivo.
Recursos de conhecimento, técnicos e humanos a mobilizar ▪ Associativismo: ○ Orquestra do Norte; ○ Centro Cultural de Amarante; ○ Academia de Dança de Amarante; ○ Grupo de Teatro T’amaranto; ○ Gatilho; ○ Cineclube; ○ Grupo de Amigos do MMASC; ○ Associação de Amigos para a criação do Museu Eduardo Teixeira Pinto ▪ Grupos informais ▪ Profissionais ▪ Amadores ▪ Cidade Criativa da Unesco ▪ Instituto Politécnico do Porto
Articulação com a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial do Tâmega e Sousa

EP3 - Defender a qualidade ambiental no TeS - serviços ambientais e património OE3.3 – Fomentar a valorização e preservação do património cultural, natural e paisagístico da região EP5 – Sistema educativo e de formação OE5.1 – Promover generalizadamente a melhoria de qualificações da população jovem do TeS capacitando-a para a empregabilidade no contexto de valorização do seu sistema produtivo
Orçamento Estimado - Investimento ▪ Infraestrutura: 10.000.000 €. ▪ Equipamento Técnico Especializado: 2.000.000 €. Orçamento Estimado - Funcionamento ▪ Equipa Técnica e de Gestão: 190.000 €/ano. ▪ Projetos e Programas: nd / variável.
Fontes de Financiamento ▪ PO Regional do Norte ▪ PRR: RE-C06-i01 - Modernização da oferta e dos estabelecimentos de ensino e da formação profissional; RE-C04-i01 - Redes Culturais e Transição Digital; RE-C04-i02 - Património Cultural ▪ Europa Criativa ▪ Urban Innovative Actions ▪ Fundos próprios do Município de Amarante
Calendarização ▪ Projeto de arquitetura: 2021 a 2022 ▪ Execução de Obra: 2023 a 2024 ▪ Criação de Consórcio de Parcerias: 2022 a 2024 ▪ Desenvolvimento de projetos e programas: A partir de 2021

Outros Comentários

Em outubro de 2017, a cidade de Amarante foi distinguida como Cidade Criativa na área da música, integrando a Rede de Cidades Criativas da UNESCO (RCC). Esta rede visa promover a cooperação entre cidades que identificam a criatividade, a arte e a cultura enquanto fatores estratégicos para o desenvolvimento urbano sustentável, colocando as indústrias culturais e criativas no centro da sua ação governativa (planos, ações de desenvolvimento local e de cooperação internacional). Ao integrar a rede, cada cidade assume compromissos ao nível internacional e ao nível local. No que toca ao nível internacional, deverá alargar o âmbito da cooperação e parcerias, ao mesmo tempo que participa na partilha de boas práticas entre as cidades membros da RCC da UNESCO. Ao nível local, deverá desenvolver iniciativas que reforcem dinâmicas locais de atividades criativas, culturais e artísticas, fortalecendo a sua criação, produção, distribuição e disseminação; fomentar oportunidades para criadores e profissionais do setor cultural e criativo; melhorar e alargar os mecanismos de acesso e participação na vida cultural da cidade, particularmente para grupos e indivíduos mais vulneráveis ou desfavorecidos; integrar a cultura e a criatividade nos planos de desenvolvimento sustentável local. A Fábrica das Artes, a par de outros investimentos municipais recentes, nas áreas artísticas e culturais, sobretudo através da reabilitação do Cineteatro e da Casa da Memória de Amarante (requalificação e refuncionalização do Solar dos Magalhães), visa dar corpo a este galardão internacional da UNESCO.
--

Designação do Projeto Valorização dos Territórios Agroflorestais no Tâmega e Sousa
Promotor Comunidade Intermunicipal – CIM e Municípios do Tâmega e Sousa; Associações de Produtores Florestais e Agrícolas; Associações de Desenvolvimento Local; Privados.
Objetivos ▪ Potenciação das características biofísicas dos territórios de floresta, valorização dos solos e reforço do equilíbrio dos diferentes ciclos naturais; ▪ Aumento da resiliência dos territórios aos riscos, em particular ao de incêndio e minimização de outras vulnerabilidades, num quadro de alterações climáticas; ▪ Aumento da diversidade e sustentabilidade da paisagem, pela constituição de mosaicos geridos numa perspetiva espacial e temporal; ▪ Estímulo dos agentes do território para a boa gestão dos espaços rurais; ▪ Aumento da área com gestão agregada de pequenas propriedades, potenciando um equilíbrio entre o aumento da produtividade e da rentabilidade dos ativos florestais e a valorização ambiental e paisagística; ▪ Valorização e preservação do património cultural e natural; ▪ Definição de uma agenda mobilizadora de transformação dos espaços agroflorestais
Descrição e Ações Descrição: “Valorização dos territórios Agroflorestais no Tâmega e Sousa” visa planear e programar a transformação espaços agroflorestais, promovendo uma paisagem multifuncional e resiliente, associando-lhe novas atividades económicas e a valorização dos serviços ecossistémicos. Deve intervir-se em todas as freguesias do Tâmega e Sousa, coordenando as diferentes ações e atores, por forma a permitir uma ação integrada na preservação e valorização do património agroflorestal e rural. Ações: ▪ Levantamento das necessidades de meios técnicos para gestão florestal e realização de cadastro ▪ Avaliação, mapeamento e valoração dos serviços dos ecossistemas ▪ Análise económica e identificação de modelos de gestão e transformação de sistemas agroflorestais ▪ Desenvolver um Living Lab territorial multipolar de demonstração de novos modelos de gestão e transformação agroflorestal ▪ Promoção de estudo ecosociológico sobre intervenção do associativismo agroflorestal no território do Tâmega e Sousa ▪ Elaboração de um plano estratégico de valorização dos territórios agroflorestais. ▪ Estruturação de base de dados e um sistema de informação de base florestal ▪ Construção de um plano de restauro de ecossistemas, terrestres e aquícolas (silvícolas, silvestres, apícolas, cinegéticos) ▪ Capacitação dos proprietários rurais, incluindo ações de formação, divulgação e sensibilização para uma nova relação com o território, a floresta e a biodiversidade ▪ Elaboração de programa de apoio à instalação de jovens empresários rurais ▪ Criação de comunidades energéticas multiuso ▪ Estratégia baseada na bioeconomia circular e valorização da biomassa florestal ▪ Promoção de turismo de natureza em torno da reestruturação de rotas, identificação de marcas territoriais e novas atividades em territórios agroflorestais
Recursos de conhecimento, técnicos e humanos a mobilizar ▪ Municípios e CIM do Tâmega e Sousa ▪ ADLs e Associações de Produtores Agrícolas e Florestais ▪ Universidades, laboratórios colaborativos e laboratórios do estado ▪ Consultoria e serviços especializados.
Articulação com a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial do Tâmega e Sousa EP2 – Valorização das atividades económicas baseadas em ativos do território OE2.4 – Promover o empreendedorismo e a inovação nas fileiras agroindustriais EP3 - Defender a qualidade ambiental no TeS - serviços ambientais e património OE3.3 – Fomentar a valorização e preservação do património cultural, natural e paisagístico da região EP 4 – Plano de Adaptação às Alterações Climáticas OE 4.2 – Promover a adaptação às alterações climáticas, mitigar os riscos e preservar os recursos naturais OE 4.3 – Mobilizar a produção de conhecimento em domínios que o Plano de Adaptação às Alterações Climáticas tenha revelado como prioritários
Orçamento Estimado – Investimento ▪ Levantamento das necessidades de meios técnicos para gestão florestal e realização de cadastro - 150.000€; ▪ Avaliação, mapeamento e valoração dos serviços dos ecossistemas – 40.000€ ▪ Análise económica e identificação de modelos de gestão e transformação de sistemas agroflorestais – 40.000€ ▪ Promoção de estudo ecosociológico sobre intervenção do associativismo agroflorestal no território do Tâmega e Sousa – 30.000€ ▪ Elaboração de um plano estratégico de valorização dos territórios agroflorestais – 30.000€ ▪ Estruturação de base de dados e um sistema de informação de base florestal – 35.000€ ▪ Desenvolvimento de um Living Lab territorial multipolar de demonstração de novos modelos de gestão e transformação agroflorestal a partir de restauro de ecossistemas – 500.000€

▪ Construção de um plano de restauro de ecossistemas de alto valor natural, terrestres e aquícolas (silvícolas, silvestres, apícolas, cinegéticos) – 2 M€ ▪ Elaboração de programa de apoio à instalação de jovens empresários rurais – 1 M€ ▪ Capacitação dos proprietários rurais, incluindo ações de formação, divulgação e sensibilização para uma nova relação com o território, a floresta e a biodiversidade – 35.000€ ▪ Criação de comunidades energéticas multiuso – 500.000 € ▪ Estratégia de Bioeconomia circular e valorização de Biomassa – 2 M€ ▪ Promoção de turismo de natureza em torno da reestruturação de rotas, identificação de marcas territoriais e novas atividades em territórios agroflorestais – 500.000€ ▪
Orçamento Estimado - Funcionamento ▪ nd.
Fontes de Financiamento ▪ PO Regional do Norte ▪ PRR ▪ Fundo Ambiental ▪ Municípios ▪ Particulares
Calendarização ▪ A definir

Outros Comentários

Recomenda-se que as Associações de Desenvolvimento Local a envolver no projeto sejam as seguintes: • DOLMEN, Cooperativa de Formação, Educação e Desenvolvimento do Baixo Tâmega cujos municípios constituintes são Amarante, Baião, Cinfães, Marco de Canaveses, Penafiel, Resende. • ADER-SOUSA, Associação de Desenvolvimento Rural das Terras do Sousa, cujos municípios associados da CIM TeS são Felgueiras, Paços de Ferreira, Lousada e Penafiel. • ADRIMAG, Associação de Desenvolvimento Rural Integrado das Serras do Montemuro Arada e Gralheira, que inclui os municípios da CIM TeS Castelo de Paiva e Cinfães. • PROBASTO, Associação de Desenvolvimento Rural de Basto que inclui o município da CIM TeS Celorico de Basto. Envolver as Associações de Produtores Florestais, em particular, as entidades gestoras de Zonas de Intervenção Florestal e de Áreas Integradas de Gestão de Paisagem, bem como as Associações de Produtores Agrícolas e Pecuários, em particular, as entidades promotoras de raças autóctones e apícolas e as Associações gestoras de zonas de caça.

Designação do Projeto Formação Avançada e Executiva
Promotor Instituições do Ensino Superior (parcerias com Municípios e com a CIM do Tâmega e Sousa)
Objetivos ▪ Incrementar a Formação Avançada e a Formação Executiva no Tâmega e Sousa ▪ Expandir e atrair para o Tâmega e Sousa atividades de Instituições de Ensino Superior
Descrição e Ações Descrição: O projeto corresponde mais propriamente a uma linha de ação permanente que vise, através da cooperação com IES, incrementar a oferta de Formação Avançada e de Formação Executiva no Tâmega e Sousa. Estas ações de formação poderão decorrer recorrendo a instalações / facilidades já existentes ou previstas noutros projetos. Ações: ▪ Levantamento da oferta atualmente existente e identificação de áreas de formação a privilegiar. ▪ Estabelecimento de parcerias com as Instituições de Ensino Superior. ▪ Organização do programa de formação.
Recursos de conhecimento, técnicos e humanos a mobilizar ▪ Instituições de Ensino Superior ▪ CIM do Tâmega e Sousa ▪ Municípios ▪ Associações Empresariais e outras organizações de suporte à competitividade
Articulação com a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial do Tâmega e Sousa EP1 – Aprofundamento da qualificação e da competitividade dos clusters industriais OE1.1 – Promover a I&D+I nas empresas OE1.3 – Promover o empreendedorismo e alargar a base territorial da competitividade EP5 – Sistema educativo e de formação OE5.1 – Promover generalizadamente a melhoria de qualificações da população jovem do TeS capacitando-a para a empregabilidade no contexto de valorização do seu sistema produtivo OE5.2 – Melhorar a qualificação de ativos em estreita articulação com a organização de processos de identificação de necessidades empresariais de inovação e formação
Orçamento Estimado - Investimento ▪ Utilização de instalações / facilidades já existentes ou previstas noutros projetos. Orçamento Estimado - Funcionamento ▪ nd
Fontes de Financiamento ▪ Autofinanciamento
Calendarização ▪ Atividade já existente, mas limitada, expansão a partir de 2022.

Outros Comentários

Neste projeto (linha de ação permanente) dever-se-á abordar, prioritariamente, as seguintes IES:

- ESTGF, Politécnico do Porto
- CESPU
- ISCE Douro
- Porto Executive Academy, Politécnico do Porto
- Universidade Católica Portuguesa
- Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
- Universidade do Minho
- Universidade do Porto

Exemplos de áreas de formação a privilegiar:

- Tecnologias Digitais
- Design e Design de Moda, Lifestyle
- Marketing, Marketing Digital
- Comunicação
- Turismo, Hotelaria
- Artes, Cultura e Património Cultural
- Património Natural, Floresta, Biodiversidade
- Desporto
- Inovação social

Designação do Projeto Academia Profissional de Paços de Ferreira
Promotor Município de Paços de Ferreira / Profisousa
Objetivos ▪ Dotar o município de Paços de Ferreira e todo o território do TeS de um Centro de Recursos de Excelência de suporte à qualificação da formação vocacional de jovens e à formação contínua de ativos em linha com as necessidades suscitadas pela modernização, inovações e internacionalização do sistema produtivo. ▪ Qualificar a oferta de ensino profissional (cursos profissionais, TeSP e CET) e de formação contínua de ativos em termos da sua aptidão para a internalização da transformação digital e para suporte à inovação de modelos de negócio por ela viabilizada. ▪ Disseminar no TeS uma cultura de gestão e organização empresarial que valorize o retorno do investimento em formação e a criação de oportunidades de valorização profissional aos trabalhadores e quadros das empresas.
Descrição e Ações Descrição: O projeto de criação da Academia Profissional de Paços de Ferreira, promovido pela Associação de Ensino Profissional do Vale do Sousa – PROFISOUA - está em linha com os desafios de reindustrialização a que o TeS pretende responder, valorizando a cultura empresarial e de empreendimento ainda preponderantes no território, e ao qual importa assegurar uma trajetória de inovação. O objetivo central da PROFISOUA consiste na qualificação e formação profissional e profissionalizante de jovens e adultos, o que explica e fundamenta a sua liderança na promoção deste projeto. As valências hoje internalizadas pela PROFISOUA integram a Escola Profissional Vértice, o Centro de Informação Europe Direct do Tâmega, Sousa e Alto Tâmega; o Centro Qualifica da Profisousa, o CLDS 4G, ERASMUS e a ProSénior – Universidade Sénior de Paços de Ferreira, sendo também relevante assinalar a integração como associado da Associação Empresarial de Paços de Ferreira, que se junta assim aos associados fundadores, Câmara Municipal de Paços de Ferreira e Cooperativa Vértice. O foco inicial do projeto é, compreensivelmente, a indústria do mobiliário, dadas as condições de especialização produtiva do território em que a Academia Profissional está inserida. O contexto da indústria do mobiliário é relevante, uma vez que se admite que este setor tem um elevado potencial para aprofundar a sua trajetória de modernização e inovação como o fizeram por exemplo os setores do calçado e do têxtil e vestuário, segundo padrões e modelos que estão estudados e que podem representar uma boa inspiração para o mobiliário. Nesse contexto do mobiliário, integra-se também o projeto “adormecido” da criação do Centro Tecnológico da Indústria do Mobiliário, com o qual a Academia Profissional pode manter relevantes condições de complementaridade futura. O foco no mobiliário não impedirá que, sobretudo no quadro de uma consolidação virtuosa do projeto, ele não possa evoluir para uma cobertura setorial mais abrangente, apostando por exemplo em funções e competências mais transversais que possam servir a qualificação empresarial e da força de trabalho de toda a base produtiva industrial do TeS. Tal como a sua designação indica, o foco do projeto está na formação profissional (de qualificação inicial de jovens e de apoio à formação contínua de ativos empregados) ministrada em contextos de grande aproximação (e simulação) dos ambientes empresariais das empresas do mobiliário, abordando por essa via a reconhecida dificuldade do sistema de pequenas e médias empresas locais libertarem recursos de tempo e de espaço de fábrica para realizar ações de formação “in house” aos seus trabalhadores e quadros. A aproximação ao contexto empresarial é concretizada não apenas pela criação de espaços de envolvimento do tecido empresarial local, sinalizando e trabalhando em permanência necessidades de competências a suprir, mas sobretudo pela criação de condições tecnológicas que permitam simular contextos de trabalho na indústria do mobiliário. É essencialmente esta última dimensão que explica a construção de um edifício de raiz. A Academia Profissional permitirá ainda inscrever a transformação digital e a sua influência generalizada e de largo espectro de funções empresariais impactadas no centro da sua estratégia de afirmação junto das empresas, tratando essa transição digital a dois níveis: ao nível das próprias metodologias de formação e ao nível das necessidades de novas competências que a transformação digital irá criar nas empresas do setor do mobiliário, particularmente nos seus modelos de negócio. Ações: ▪ Ação 1 – Construção do edifício de raiz e das facilities tecnológicas (Laboratórios especializados ao nível do Design, Shopfloor, Digital) que vão assegurar o contexto de simulação empresarial da formação. ▪ Ação 2 – Conceção e implementação do Programa Funcional de instalação da Academia Profissional. ▪ Ação 3 – Conceção e implementação do Plano para a Transformação Digital da indústria do mobiliário e identificação de necessidades de competência e de formação suscetíveis de ser respondidas pela Academia Profissional. ▪ Ação 4 – Idem para a transição energética, descarbonização e economia circular na indústria do mobiliário. ▪ Ação 5 – Estudo de identificação das ações estruturantes necessárias para a qualificação do ensino profissional no concelho de Paços de Ferreira e no TeS em geral e avaliação do potencial de intervenção da Academia Profissional nessa área. ▪ Ação 6 – Avaliação do potencial de mercado de prestação de serviços ao ensino profissional a fim de viabilizar investimentos de melhoria de qualidade da oferta (cursos profissionais, TeSp e CET).

▪ Ação 7 – Conceção e implementação de um modelo de animação e auscultação regular das empresas do concelho, segundo um modelo de Business Club, orientado para sinalização de necessidades de novas competências e formação a satisfazer pela Academia. ▪ Ação 8 – Elaboração e teste de um catálogo de oferta formativa na área da formação contínua para o setor do mobiliário com revisão e avaliação de dois em dois anos.
Recursos de conhecimento, técnicos e humanos a mobilizar ▪ Estudos de Business Intelligence na área da aplicação das tecnologias digitais e Economia 4.0 no setor do mobiliário. ▪ Estudos de Business Intelligence na área da eficiência energética, descarbonização e economia circular na indústria do mobiliário. ▪ Inquérito à oferta de cursos profissionais sobre investimentos de melhoria de qualidade do ensino profissional ministrado. ▪ Equipa residente, nomeadamente quadro superior responsável pelo programa de formação em contexto de aproximação e simulação ao ambiente empresarial e quadro técnico especializado no domínio das tecnologias digitais e inovação nos modelos de negócio das empresas. ▪ Parcerias com IEFP e Ministério da Educação.
Articulação com a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial do Tâmega e Sousa EP5 – Sistema educativo e de formação OE5.1 – Promover generalizadamente a melhoria de qualificações da população jovem do TeS capacitando-a para a empregabilidade no contexto de valorização do seu sistema produtivo OE5.2 – Melhorar a qualificação de ativos em estreita articulação com a organização de processos de identificação de necessidades empresariais de inovação e formação
Orçamento Estimado - Investimento ▪ Ação 1: 3.048.000 € ▪ Ação 2: 58.000 € ▪ Ação 3: 75.000 € ▪ Ação 4: 75.000 € ▪ Ação 5: 60.000 € ▪ Ação 6: 45.000 € ▪ Ação 7: 49.000 € ▪ Ação 8: 35.000 € Nota: As Ações 3 e 4 servirão igualmente para capacitar o projeto Centro Tecnológico da Indústria do Mobiliário. Orçamento Estimado - Funcionamento ▪ nd
Fontes de Financiamento ▪ PRR, RE-C06-i01, Modernização da oferta e dos estabelecimentos de ensino e da formação profissional ▪ PO Regional do Norte
Calendarização ▪ Ação 1: 2022-2023 ▪ Ação 2: 2022 ▪ Ação 3: 2002 ▪ Ação 4: 2022 ▪ Ação 5: 2023 ▪ Ação 6: 2023 ▪ Ação 7: 2023 ▪ Ação 8: 2023

Outros Comentários

O projeto Academia Profissional de Paços de Ferreira é impulsionado pelo Município de Paços de Ferreira, sendo que a entidade gestora da Academia Profissional será, aparentemente, a Profisousa - Associação de Ensino Profissional do vale do Sousa, associação de direito privado sem fins lucrativos, cujo principal objetivo é a qualificação e formação profissional e profissionalizante de jovens e adultos.

A Profisousa foi criada em agosto de 1999, tendo como fundadores a C. M. de Paços de Ferreira e a Cooperativa Vértice. Em março de 2001, a Associação Empresarial de Paços de Ferreira passou a integrar a associação.

A Profisousa conta, atualmente, com as seguintes valências: a Escola Profissional Vértice, o Centro de Informação Europe Direct do Tâmega, Sousa e Alto Tâmega; o Centro Qualifica da Profisousa, o CLDS 4G, ERASMUS e a ProSénior – Universidade Sénior de Paços de Ferreira.

O projeto da Academia Profissional visa a criação de mecanismos de coordenação entre as políticas e instrumentos de educação e de formação profissional, respondendo às necessidades das empresas, nomeadamente da indústria do mobiliário. Contando com o envolvimento direto da Profisousa e da AEPF, bem como de 27 empresas que subscreveram o clube das empresas, o documento fundador da Academia Profissional define 4 pilares de atuação:

- Formação profissional;
- Laboratórios especializados (Design, Shopfloor, Digital) e estágios;
- Technology scouting;
- Business Club.

O projeto de investimento, com a construção de raiz de um novo edifício, com uma área útil de cerca de 3.000 m2, visa dotar a Academia Profissional das condições necessárias para o desenvolvimento destas atividades.

O projeto de arquitetura e respetiva orçamentação está concluído.

Equaciona-se atualmente complementar este projeto com o retomar de um projeto de criação do Centro Tecnológico da Indústria do Mobiliário (descrito em ficha autónoma), que poderá ser acolhido no edifício projetado para a Academia Profissional, estimando-se que poderá ocupar cerca de 800 m2 de área útil.

Designação do Projeto Centro de Recursos para a Formação e Qualificação na Construção Civil, Cinfães (CRFQCC Cinfães)
Promotor Parceria a constituir liderada pelo Município de Cinfães e em que devem estar integradas entidades representativas do setor da Construção Civil.
Objetivos ▪ Programar e implementar a criação da Escola Profissional de Cinfães focada na construção civil. ▪ Impulsionar a qualificação e modernização da construção civil, com enfoque em territórios de baixa densidade. ▪ Promover a formação e qualificação para a atração e acolhimento de mão-de-obra migrante para a construção civil.
Descrição e Ações Descrição: Apoiado por uma moção aprovada por unanimidade na Assembleia Municipal de Cinfães de 26.02.2021 que falava da criação de uma Escola Superior para a Construção Civil, este projeto visa algo mais focado e ajustado às características do território em que Cinfães se insere, que agrupa os territórios de mais baixa densidade do Tâmega e Sousa. O projeto é configurado como um Centro de Recursos promovido por uma parceria liderada pela Câmara Municipal de Cinfães e que deve integrar entidades representativas do setor da construção civil de âmbito nacional/regional/local. O modelo institucional de Centro de Recursos é de mais fácil criação do que uma Escola Superior e integra no seu seio a componente de Escola Profissional (com intervenção no domínio do ensino profissional), embora a sua ação transcenda largamente o âmbito de uma Escola Profissional focada e especializada na construção civil. O modelo institucional de Centro de Recursos permite o estabelecimento de parcerias no domínio da formação contínua de ativos, entendida como um fator de atração de empresas de construção civil ao território e desenvolverá ações mais vastas no domínio da qualificação e modernização do setor. Os temas da transição e transformação para uma construção civil mais sustentável, com valorização de componentes como a economia circular (novos materiais de construção), a eficiência energética e a descarbonização da economia, estarão no centro das realizações em matéria de modernização e qualificação do setor que o Centro de Recursos visa protagonizar. E não menos relevante, o CRFQCC Cinfães integra na sua criação a evidência generalizadamente sentida no setor da construção civil de que enfrenta um período de forte escassez de mão-de-obra especializada, devidamente formada e profissionalmente certificada, que dadas as condições de declínio demográfico manifesto que caracterizam estes territórios, terá de recorrer a mão-de-obra migrante. A atração e acolhimento de mão-de-obra migrante constitui um processo que está longe de estar eficazmente organizado a nível regional/local, sendo por isso necessário ser planeado em estreita articulação com os setores de atividade económica e empresarial em que essa força de trabalho é mais necessária. A construção civil é um setor que exige essa disponibilidade de força de trabalho e que deve promover a sua qualificação profissional, como via essencial para a sua integração e fixação nesses territórios. O projeto de criação do CRFQCC Cinfães integra por essas razões uma componente de organização da atração e acolhimento de mão-de-obra migrante destinada à construção civil, entendendo a formação profissional desses migrantes como uma condição de bom acolhimento e integração nas sociedades locais. Em resumo, o projeto de criação do CRFQCC Cinfães organiza-se em torno do elemento pivot da criação da Escola Profissional de Cinfães para o setor da construção civil, mas organiza-se como Centro de Recursos que integra a dimensão da formação contínua de ativos para uma construção civil mais sustentável e energeticamente eficiente e que promove em termos pioneiros a organização dos territórios locais para a atração, acolhimento e integração profissional de mão-de-obra migrante. Ações: ▪ Ação 1 – Construção/reabilitação de edifício para instalação do Centro de Recursos. ▪ Ação 2 – Conceção e implementação do Programa Funcional de instalação do CRFQCC Cinfães. ▪ Ação 3 – Conceção e organização do modelo de Escola Profissional para o setor da Construção Civil: Condições de integração no sistema de cursos profissionais; oferta formativa a disponibilizar definida em forte interação com as empresas do setor; avaliação da área de influência da EP com estudo de abrangência de mais municípios para além do de Cinfães; facilities tecnológicas a disponibilizar na EP de suporte à formação. ▪ Ação 4 – Estudo de identificação de necessidades de formação e qualificação no setor da construção civil do TeS e de outros territórios de baixa densidade com necessidades similares. ▪ Ação 5 – Conceção e implementação do modelo de oferta de serviços de formação contínua e avaliação da sua viabilidade económica. ▪ Ação 6 – Conceção e implementação de um programa de atração, acolhimento e integração profissional de mão-de-obra migrante para a construção civil. ▪ Ação 7 – Conceção e construção de espaço expositivo destinado à divulgação de boas práticas de construção sustentável.
Recursos de conhecimento, técnicos e humanos a mobilizar ▪ Estudo sobre as transformações no setor da construção civil induzidas pelo paradigma da construção sustentável e eficiência energética e suas implicações em matéria de competências (de suporte à Ação 4). ▪ Estudo de mercado e de viabilidade económica da oferta de serviços de formação contínua ao setor da construção civil. ▪ Equipa residente (nomeadamente recrutamento de Diretor de Escola Profissional, que pode numa primeira fase assumir também a Direção do Centro de Recursos, e um quadro especializado para dirigir o serviço de atração, acolhimento e integração de pessoal migrante).

▪ Mobilização de recursos de design e arquitetura para a conceção do espaço expositivo de boas práticas de construção sustentável. ▪ Parcerias com unidades de I&D especializadas em dimensões de economia circular e de eficiência energética para a construção civil. ▪ Parcerias com Associações Empresariais do setor da Construção Civil. ▪ Parcerias com IEFP e Ministério da Educação.
Articulação com a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial do Tâmega e Sousa EP5 – Sistema educativo e de formação OE5.1 – Promover generalizadamente a melhoria de qualificações da população jovem do TeS capacitando-a para a empregabilidade no contexto de valorização do seu sistema produtivo OE5.2 – Melhorar a qualificação de ativos em estreita articulação com a organização de processos de identificação de necessidades empresariais de inovação e formação
Orçamento Estimado - Investimento ▪ Ação 1: 2.300.000 € ▪ Ação 2: 58.000 € ▪ Ação 3: 60.000 € ▪ Ação 4: 70.000 € ▪ Ação 5: 60.000 € ▪ Ação 6: 75.000 € ▪ Ação 7: 100.000 € Orçamento Estimado - Funcionamento ▪ nd.
Fontes de Financiamento ▪ PRR, RE-C06-i01, Modernização da oferta e dos estabelecimentos de ensino e da formação profissional ▪ PO Regional do Norte
Calendarização ▪ Ação 1: 2022-2023 ▪ Ação 2: 2022 ▪ Ação 3: 2023 ▪ Ação 4: 2022 ▪ Ação 5: 2023 ▪ Ação 6: 2023 ▪ Ação 7: 2023

Outros Comentários

O projeto proposto decorre de uma moção aprovada na Assembleia Municipal de Cinfães de 26.02.2021. A sua formação definitiva deverá envolver contactos com entidades representativas do setor da Construção Civil bem como com o IEFP e o Ministério da Educação.

A orçamentação para o Edifício considerou a necessidade de uma área útil coberta de 2.000 m², com 10 salas (150.000 € / sala) e espaços complementares (800.000 €), perfazendo um investimento de 2.300.000 €. Este orçamento pode variar significativamente, consoante se considere uma construção de raiz ou obras de adaptação em edifício cedido pelo Município.

Designação do Projeto Academia Profissional e Empresarial do Marco de Canaveses (APE-MC)
Promotor Município do Marco de Canaveses
Objetivos - Fornecer qualificações intermédias de qualidade ao tecido empresarial do Tâmega e Sousa em estreita articulação e envolvimento com o tecido empresarial. - Fornecer formação contínua de qualidade a ativos empregados em estreita relação com as necessidades de novas competências identificadas pelas empresas. - Promover a capacitação dos pequenos e médios empresários do Tâmega e Sousa integrando os desafios e indeterminações da economia nacional e internacional após pandemia.
Descrição e Ações Descrição: A APE-MC é concebida como um projeto estruturante na melhoria dos investimentos em formação por parte do tecido empresarial do TeS, em termos de qualificações intermédias e pós-secundárias (Cursos Profissionais, TeSP e CET), formação contínua de ativos empregados em articulação com a identificação de necessidades de novas competências nas empresas e formação de curta duração para empresários ajustada aos tempos pós-pandemia e à disseminação de práticas de avaliação do retorno do investimento em formação. Esta última componente do projeto pretende que a APE-MC se torne uma referência em termos de promoção de novos modelos e capacidades de gestão no TeS, criando um espaço de disseminação da cultura de gestão e de inovação empresarial através de um modelo de funcionamento que privilegie o envolvimento dos empresários. A APE-MC assume-se como uma instituição à partida de vocação não-setorial, devendo a sua eventual especialização em direção a um ou mais setores de especialização ser orientada em função das necessidades de formação que o envolvimento dos empresários vier a determinar. A aposta da instituição na qualidade da formação ministrada e sobretudo no seu reconhecimento por parte dos pequenos e médios empresários do TeS, em linha com a sua própria capacitação, pois maior capacidade de gestão empresarial significará necessariamente uma perspetiva mais crítica da formação oferecida. Em linha com esta dimensão do projeto, a APE-MC integra ainda uma dimensão de acolhimento de iniciativas empresariais early-stage e espaços de coworking destinados a criar na instituição uma cultura de gestão empresarial. Ações: - Ação 1: Investimento de requalificação e adaptação do edifício da antiga Fábrica da Moagem e apetrechamento técnico do mesmo para assumir o estatuto de Academia Profissional e Empresarial - Ação 2: Conceção e implementação do modelo de formação de qualificações intermédias e pós-secundárias: (i) Escola Profissional para a componente de cursos profissionais, cuja oferta terá de ser concertada no quadro da oferta de cursos profissionais no conjunto do Tâmega e Sousa; (ii) Definição do modelo de oferta de formação de TeSP e CET, em termos de oferta própria ou em parceria com instituições politécnicas; (iii) Modelo e catálogo de oferta de formação contínua à medida de necessidades de novas competências identificadas através do processo de envolvimento das empresas; - Ação 3: Processo de conceção e formalização de parcerias para a gestão da APE-MC; - Ação 4: Conceção e implementação do modelo de envolvimento dos pequenos e médios empresários do TeS para definição de um catálogo atrativo de formações de curta duração para pequenos e médios empresários (formação avançada e executiva), através de uma eventual parceria com o IPP – Porto Executive Academy - Ação 5: Conceção de espaço de acolhimento de iniciativas empresariais em “early stage” e de “coworking”.
Recursos de conhecimento, técnicos e humanos a mobilizar - Aquisição de estudos de mercado para a componente da formação de empresários de curta duração em parceria com a entidade que será responsável por ministrar a formação executiva e de gestão. - Estudo de avaliação de necessidades de formação contínua no contexto pós-pandemia e das mudanças de contexto nacional e internacional associadas. - Equipa residente (nomeadamente, recrutamento de quadro superior para Direção da APE-MC e de quadro superior para dirigir a componente de formação vocacional e formação contínua de ativos). - Parcerias público-privadas para a concretização do projeto: Município de Marco de Canaveses; IEFP; Ministério da Educação (ANQEP); CIM TeS; IPP, Porto Executive Academy.
Articulação com a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial do Tâmega e Sousa EP5 – Sistema educativo e de formação OE5.1 – Promover generalizadamente a melhoria de qualificações da população jovem do TeS capacitando-a para a empregabilidade no contexto de valorização do seu sistema produtivo OE5.2 – Melhorar a qualificação de ativos em estreita articulação com a organização de processos de identificação de necessidades empresariais de inovação e formação
Orçamento Estimado - Investimento - Ação 1: 5.000.000 € - Ação 2: 95.000 € - Ação 3: 20.000 € - Ação 4: 20.000 € - Ação 5: 20.000 €

Orçamento Estimado - Funcionamento
▪ nd
Fontes de Financiamento
▪ PRR, RE-C06-i01, Modernização da oferta e dos estabelecimentos de ensino e da formação profissional ▪ PO Regional do Norte ▪ Fundação Belmiro de Azevedo ▪ IEFP ▪ Município de Marco de Canaveses
Calendarização
▪ Ação 1: 2022-2023 ▪ Ação 2: 2022 ▪ Ação 3: 2022 ▪ Ação 4: 2023 ▪ Ação 5: 2023
Outros Comentários
Ensino Profissional e Formação de Ativos: O Município de Marco de Canaveses tem uma prática consolidada de colaboração com o Centro de Formação de Vila Real do IEFP. Pretende agora alargar a formação de nível 5 (ISCED), nomeadamente na área das tecnologias digitais, a enquadrar no projeto da Academia Profissional e Empresarial do Marco de Canaveses. Formação Avançada e Executiva: O projeto pretende ainda ser o suporte para atividades de formação avançada e executiva, explorando as oportunidades de parceria com o IPP (Porto Executive Academy) e com a Fundação Belmiro de Azevedo. O projeto também poderá acolher atividades de dinamização do empreendedorismo (espaço de acolhimento de pequenas iniciativas empresariais e de coworking). Do ponto de vista do planeamento físico, o projeto assenta na reabilitação e adaptação do edifício da antiga Fábrica da Moagem, situado no perímetro da Estação Ferroviária do Marco de Canaveses, perímetro esse integrado na recentemente aprovada ARU da Estação / Rio de Galinhas, no âmbito da qual se prevê igualmente o projeto de Reabilitação do Largo da Igreja de Rio de Galinhas, através da reorganização do tráfego viário, de estacionamento e zonas ajardinadas, e a criação de um parque infantil, o projeto, já em execução, de Reabilitação da Envolvente da Estação de Caminhos de Ferro, com a criação de um parque de estacionamento, de um edifício de ligação, entre a estação e o parque de estacionamento, e de uma Praça da Estação, que permite dar corpo à intermodalidade naquela zona fulcral da mobilidade e, ainda, o projeto de Requalificação da Casa dos Arcos – Centro Interpretativo do Vinho Verde, com a remodelação integral da casa solarenga do século XVI, propriedade do Município, a criação de um espaço museológico de interpretação da vinha e dos vinhos do Marco e também um laboratório de investigação deste recurso do território. O edifício da antiga Fábrica da Moagem desenvolve-se em 5 pisos, podendo disponibilizar cerca de 3.000 m2 de área útil coberta. Nessa medida, poderá acolher a Academia Profissional e Empresarial do Marco de Canaveses bem como, eventualmente, a Escola de Turismo do Tâmega e Sousa (projeto descrito em ficha autónoma), tendo em conta a área disponível, as condições de acessibilidade e de estacionamento. Pontos fortes do projeto: Localização e acessibilidade, componente de uma ARU, compromisso do Município e Parcerias com o IEFP e Fundação Fundação Belmiro de Azevedo. Parcerias: • Na componente Ensino Profissional e Formação de Ativos: IEFP e Ministério da Educação. • Na componente Formação Avançada e Executiva: Fundação Belmiro de Azevedo e IPP (Porto Executive Academy). • Na componente Escola de Turismo (considerada em projeto autónomo): Turismo de Portugal.

Designação do Projeto Escola de Hotelaria e Turismo do Tâmega e Sousa
Promotor Turismo de Portugal (entidade a contactar)
Objetivos - Formação do capital humano para o turismo e a hotelaria, garantindo a preparação de jovens para o primeiro emprego e a qualificação dos profissionais do sector. - Capacitar a oferta turística no Tâmega e Sousa com profissionais qualificados.
Descrição e Ações Descrição: Criação da Escola de Hotelaria e Turismo do Tâmega e Sousa, integrada na rede de Escolas do Turismo de Portugal. Ações: - Interação inicial com o Turismo de Portugal para avaliar a viabilidade do projeto. - Protocolo entre o Turismo de Portugal e o Município que acolha o projeto. - Adaptação de instalações e apetrechamento técnico.
Recursos de conhecimento, técnicos e humanos a mobilizar Turismo de Portugal
Articulação com a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial do Tâmega e Sousa EP5 – Sistema educativo e de formação OE5.1 – Promover generalizadamente a melhoria de qualificações da população jovem do TeS capacitando-a para a empregabilidade no contexto de valorização do seu sistema produtivo OE5.2 – Melhorar a qualificação de ativos em estreita articulação com a organização de processos de identificação de necessidades empresariais de inovação e formação
Orçamento Estimado - Investimento - nd, dependendo da localização e eventual disponibilização de edifício por parte do Município que acolha a iniciativa Orçamento Estimado - Funcionamento - nd
Fontes de Financiamento - Eventualmente poderá ter enquadramento no PRR, RE-C06-i01, Modernização da oferta e dos estabelecimentos de ensino e da formação profissional - PO Regional do Norte - Turismo de Portugal
Calendarização Interação inicial com o Turismo de Portugal: 2021

Outros Comentários

O Turismo de Portugal, enquanto entidade reguladora e agente técnico na qualificação dos profissionais do turismo para a excelência do serviço e da gestão, tem por missão o desenvolvimento da formação de recursos humanos para o sector do turismo e a respetiva investigação técnico-pedagógica, bem como a coordenação, execução e reconhecimento dos cursos e ações de formação profissional para essa área, além de certificar a aptidão profissional para o exercício das profissões turísticas.

O Turismo de Portugal gere uma rede nacional de 12 Escolas (Viana do Castelo, Porto, Douro-Lamego, Coimbra, Oeste, Portalegre, Lisboa, Estoril, Setúbal, Portimão, Algarve e Vila Real de Santo António).

Tendo em conta a forte expansão da atividade turística no Tâmega e Sousa e a necessidade de se reforçar neste território a formação nas áreas do Turismo e da Hotelaria, considerando ainda a dimensão geográfica do território e a distância às Escolas de Turismo que atualmente integram a rede do Turismo de Portugal, considera-se pertinente a criação da Escola de Turismo do Tâmega e Sousa, parecendo-nos o Marco de Canaveses a localização que melhor complementaria a rede de Escolas do Turismo de Portugal já existente na Região Norte.

A localização de Escola na antiga Fábrica da Moagem, edifício a requalificar, terá a vantagem adicional de uma boa acessibilidade.

O contacto prévio com o Turismo de Portugal é fundamental para avaliar a viabilidade da concretização do projeto.

Designação do Projeto Agência de Investimento do Tâmega e Sousa
Promotor CIM do Tâmega e Sousa
Objetivos - Promover o investimento empresarial no Tâmega e Sousa - Atração de investimento externo (nacional e internacional) - Rede de informação e de acompanhamento dos investidores, em complementaridade com o atendimento disponibilizado pelos Municípios
Descrição e Ações Descrição: Criação da Agência de Investimento do Tâmega e Sousa, para atração e apoio ao investimento empresarial, a funcionar no âmbito da CIM através de uma equipa residente exclusivamente dedicada ao projeto. As atividades a desenvolver deverão incluir ações promocionais, incluindo a participação em eventos, a sistematização de informação relevante para os investidores (incluindo os apoios disponíveis), o atendimento aos investidores e o acompanhamento dos mesmos numa fase posterior à decisão de investimento. A coordenação com os Municípios será particularmente relevante no que respeita à informação sobre oferta de solo industrial e rede de infraestruturas e nos suportes informativos de qualidade sobre incentivos financeiros e fiscais e sobre instrumentos financeiros disponíveis. Ações: - Instalação da Agência de Investimento, integrada nos serviços da CIM do Tâmega e Sousa. - Constituição da equipa residente. - Modelo organizacional e plano de ação, criação e registo da marca. - Plano de comunicação e elaboração dos conteúdos e suportes. - Primeiras ações promocionais e início do atendimento.
Recursos de conhecimento, técnicos e humanos a mobilizar - Equipa técnica da CIM do Tâmega e Sousa / equipa dedicada ao projeto. - Consultoria especializada. - Serviços especializados. - Gabinetes / serviços municipais de apoio ao investidor.
Articulação com a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial do Tâmega e Sousa EP1 – Aprofundamento da qualificação e da competitividade dos clusters industriais OE1.4 – Atrair investimento externo EP9 – Capacitação e governação intermunicipal OE9.2 – Promover a atração de investimento estruturante ao território do TeS
Orçamento Estimado - Investimento - Obras de adaptação do espaço físico: nd - Modelo organizacional e plano de ação, criação e registo da marca: 30.000 € - Plano de comunicação e elaboração dos conteúdos e suportes: 30.000 € Orçamento Estimado - Funcionamento - Orçamento anual a integrar no orçamento de funcionamento da CIM, englobando os custos com 3 técnicos (ISCED níveis 6 ou 7), viagens e deslocações, produção de suportes de comunicação e participação em eventos).
Fontes de Financiamento - PO Regional do Norte - CIM do Tâmega e Sousa
Calendarização - Instalação da Agência de Investimento, integrada na CIM do Tâmega e Sousa, constituição da equipa residente: 2021. - Modelo organizacional e plano de ação, criação e registo da marca: 2021-2022. - Plano de comunicação e elaboração dos conteúdos e suportes: 2022. - Primeiras ações promocionais e início do atendimento: 2022.

Outros Comentários

--

Designação do Projeto Plano de Marketing Territorial do Tâmega e Sousa
Promotor CIM do Tâmega e Sousa
Objetivos ▪ Incremento da notoriedade do Tâmega e Sousa, com uma marca forte, distintiva e de valor acrescentado para os seus residentes, visitantes e investidores. ▪ Reforçar a identidade do Tâmega e Sousa como um todo e promover a coesão entre os 11 municípios constituintes da CIM. ▪ Dar continuidade às atuais ações de marketing territorial, redefinindo o conteúdo do Plano de Marketing Territorial, tendo em conta que para o novo período de programação se propõe como projetos autónomos (e mais focados) a Promoção Turística do Tâmega e Sousa e a criação da Agência de Investimento do Tâmega e Sousa.
Descrição e Ações Descrição: O Plano de Marketing Territorial do Tâmega e Sousa visa afirmar o território como um todo junto dos residentes e do exterior, reforçando a perceção dos seus traços identitários mas, ao mesmo tempo, da sua diversidade. Para isso, importa sintetizar o levantamento das características mais relevantes do território e valorizar os objetivos estratégicos definidos para os próximos anos (nova EIDT 2021-2027). Subsequentemente, deve ser dada continuidade à afirmação e gestão da marca do território e às ações de comunicação. Sugere-se a revisão do Plano de Marketing Territorial, tendo em conta que para o novo período de programação se propõe com projetos autónomos (e mais focados) a Promoção Turística do Tâmega e Sousa e a criação da Agência de Investimento do Tâmega e Sousa. Ações: ▪ Revisitação do Plano de Marketing Territorial do Tâmega e Sousa, datado de 2015. ▪ Conceção de um quadro síntese relativo às principais características do território e aos objetivos estratégicos definidos para os próximos anos (nova EIDT 2021-2027). ▪ Definição ou redefinição da estratégia de posicionamento e imagem da marca Tâmega e Sousa. ▪ Plano de Comunicação e subseqüentes ações promocionais para os próximos anos.
Recursos de conhecimento, técnicos e humanos a mobilizar ▪ CIM do Tâmega e Sousa ▪ Municípios ▪ Consultoria e serviços especializados
Articulação com a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial do Tâmega e Sousa EP9 – Capacitação e governação intermunicipal OE9.3 – Promover a comunicação e marketing territorial do TeS segunda uma lógica de afirmação diferenciada dos traços identitários e de complementaridade.
Orçamento Estimado - Investimento ▪ Revisitação do Plano de Marketing Territorial, definição ou redefinição da estratégia de posicionamento e imagem da marca Tâmega e Sousa, elaboração do Plano de Comunicação: 40.000 €. Orçamento Estimado - Funcionamento ▪ Campanhas de Marketing 2022-2027: nd
Fontes de Financiamento ▪ CIM do Tâmega e Sousa ▪ PO Regional do Norte
Calendarização ▪ Revisitação do Plano de Marketing Territorial, definição ou redefinição da estratégia de posicionamento e imagem da marca Tâmega e Sousa, elaboração do Plano de Comunicação: 2021. ▪ Campanhas de Marketing: 2022-2027

Outros Comentários

Seria interessante que, como suporte ao Marketing Territorial, a CIM do Tâmega e Sousa desenvolvesse uma atividade de observação da evolução do território nas suas diferentes dimensões (competitividade, coesão, ambiente).

Complementarmente, será de ponderar a realização de um grande evento (p.ex., bienal), reunindo os municípios e outros atores do desenvolvimento económico, social e humano, bem como observadores externos, para apresentação de projetos distintivos, discussão das evoluções recentes e das perspetivas futuras para o território.